

**RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - EXERCÍCIO DE 2014
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.**

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
2. ATIVIDADE PORTUÁRIA	8
2.1. MOVIMENTO DE NAVIOS	8
2.2. MOVIMENTO DE MERCADORIAS	9
2.3. SETOR DAS PESCAS	15
3. INVESTIMENTOS	16
4. CONCESSÕES	18
4.1. EXISTENTES	18
4.2. OUTRAS CONCESSÕES	20
5. SEGURANÇA NO PORTO	22
5.1. PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO DA APA, S.A.	22
5.2. <i>INTERNATIONAL SHIP AND PORT FACILITY SECURITY CODE (ISPS)</i> PLANO DE PROTEÇÃO DO PORTO	23
5.3. CONTROLO DO TRÁFEGO MARÍTIMO DO PORTO DE AVEIRO	23
5.4. SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO	23
6. ÁREA DE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS, RELAÇÕES EXTERNAS E COMUNICAÇÃO	24
6.1. INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS	24
6.2. INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DO PORTO	24
6.3. COMUNICAÇÃO	26
7. RECURSOS HUMANOS	28
7.1. EVOLUÇÃO DO EFETIVO	28
7.2. HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	28
7.3. ATIVOS POR ÁREAS OPERACIONAIS	29
7.4. ESCALÕES ETÁRIOS	30
7.5. ANTIGUIDADE	32
7.6. INDICADORES	33
8. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	36
8.1. RESULTADOS	36
8.2. BALANÇO	40
8.3. INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS	41
9. PERSPETIVAS FUTURAS	44

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	46
11. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	48
11.1. OBJETIVOS DE GESTÃO, PREVISTOS NO ARTIGO 38.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, DE FORMA QUANTIFICADA, E METAS A ATINGIR EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO APROVADO	49
11.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO, E CUMPRIMENTO DOS LIMITES MÁXIMOS DE ACRÉSCIMO DE ENDIVIDAMENTO, DEFINIDOS PARA 2014, NA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, APURADOS NOS TERMOS DAS ORIENTAÇÕES DO OFÍCIO-CIRCULAR DE INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DOS IPG - 2014	51
11.3. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES, EM CONFORMIDADE COM A RCM N.º 34/2008, DE 22 DE FEVEREIRO, COM A ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELO DESPACHO N.º 9870/2009, DE 13 DE ABRIL, E DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”), CONFORME DEFINIDOS NO DECRETO-LEI N.º 65-A/2011, DE 17 DE MAIO, BEM COMO A ESTRATÉGIA ADOTADA PARA A SUA DIMINUIÇÃO	53
11.4. DILIGÊNCIAS TOMADAS E RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DE CONTAS 2013.....	53
11.5. REMUNERAÇÕES	54
11.6. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, CONFORME REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 8/2012, DE 18 DE JANEIRO, NO QUE SE REFERE, DESIGNADAMENTE:	60
11.7. CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	60
11.8. MEDIDAS TOMADAS AO NÍVEL DA ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)	63
11.9. MEDIDAS TOMADAS NO ÂMBITO DA FROTA AUTOMÓVEL RELATIVAMENTE ÀS ORIENTAÇÕES PREVISTAS NO N.º 4 DO ARTIGO 61.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, COMPLEMENTADAS COM OS DESPACHOS N.º 1182/13-SET, DE 12 DE JUNHO (COMUNICADO ATRAVÉS DE OFÍCIO CIRCULAR N.º 4238, DE 1 DE JULHO) E DESPACHO N.º 1668/13-SET, DE 6 DE SETEMBRO (COMUNICADO ATRAVÉS DE OFÍCIO CIRCULAR N.º 7408, DE 2 DE DEZEMBRO)	63
11.10. QUANTIFICAR O IMPACTO DAS MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS VIGENTES EM 2014, JUSTIFICANDO O EVENTUAL NÃO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS DEFINIDOS. ATENTE-SE QUE, NO CASO DAS EMPRESAS COM EBITDA POSITIVO, A REDUÇÃO DO PESO DOS GASTOS OPERACIONAIS NO VOLUME DE NEGÓCIOS É AFERIDA FACE AO EXERCÍCIO ANTERIOR.....	64
11.11. CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DE UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 123.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO	66
11.12. DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS, BEM COMO DAS MEDIDAS TOMADAS PARA A SUA ADOÇÃO E O RESPECTIVO RESULTADO	67
11.13. QUADRO RELATIVO À INFORMAÇÃO QUE SE ENCONTRAVA DIVULGADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 NO SÍTIOS DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO (SEE).....	67
12. PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA	70

13.NOTA FINAL	74
---------------------	----

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. Mensagem do Conselho de Administração

Da atividade da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. (APA, S.A.) ao longo de 2014 há a sublinhar, em primeiro lugar, a consolidação do crescimento do movimento de mercadorias já iniciado em 2013.

O licenciamento de uma nova empresa de estiva, que representa a diluição das barreiras à entrada de novos agentes económicos, é sinal de vitalidade do porto, cabendo à Autoridade Portuária assegurar que o acréscimo da concorrência no seio do Porto de Aveiro aconteça num clima de respeito pelas regras de mercado e propiciador de criação de valor para os seus clientes.

Entre os segmentos que maior contributo trouxeram para o crescimento do movimento de mercadorias importa sublinhar as exportações, o que traduz a capacidade do porto para alavancar o tecido económico na busca de mercados externos, contribuindo para tornar a economia portuguesa menos dependente do consumo interno, atingindo uma situação de maior equilíbrio.

O Porto de Aveiro em 2014 tirou partido das acessibilidades de que dispõe: aumentou a componente ferroviária no transporte de mercadorias com origem ou destino na infraestrutura, prosseguiu o caminho de adaptação dos serviços às novas condições do acesso marítimo, o que permitiu receber navios de maiores dimensões.

Tendo em vista a sustentabilidade futura do Porto de Aveiro, em julho foi concretizada uma nova visão para o contexto em que a atividade de movimentação de cargas secas se processa no Setor Norte. Facto inédito é que esta visão foi construída no seio da Comunidade Portuária de Aveiro, que optou por assegurar o futuro do porto em detrimento de uma visão limitada ao curto prazo.

No que ao futuro diz respeito, a inclusão de investimentos no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI), onde para além do plano meramente portuário avulta a nova ligação ferroviária Aveiro-Salamanca que nos insere no Corredor Atlântico da TREN-T, é uma excelente notícia.

A APA, S.A. manteve e reforçou a sua política de proximidade com a comunidade envolvente, através de iniciativas próprias e do apoio às iniciativas de terceiros, e de índole diversa: culturais, filantrópicas, associativas, recreativas.

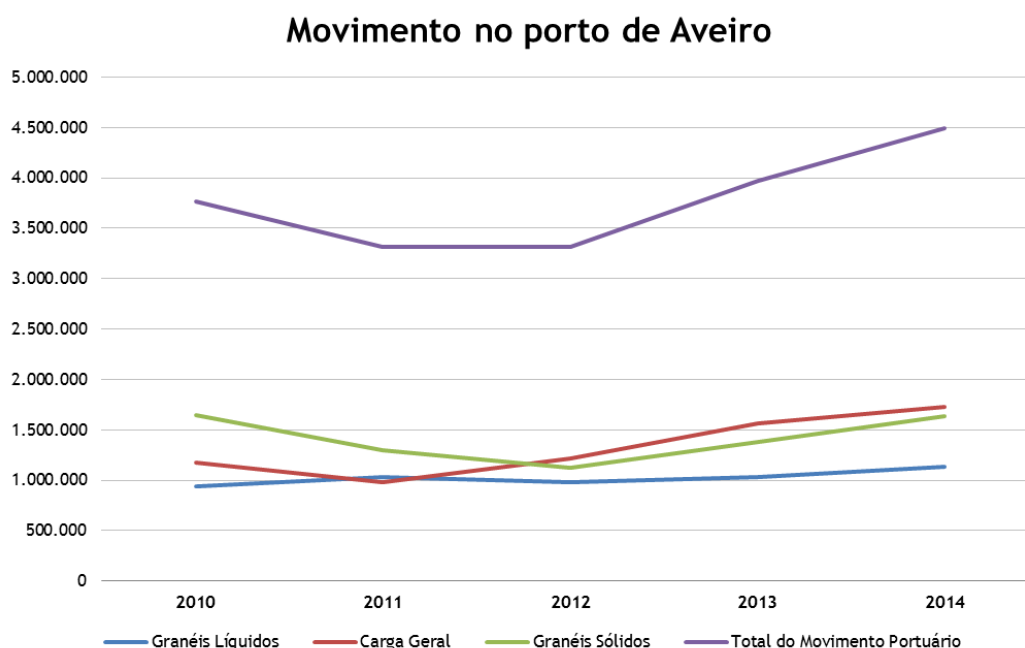
Uma palavra final para agradecer a dedicação e o empenho dos trabalhadores da APA, S.A. bem como de toda a Comunidade Portuária.

2. Atividade Portuária

Em 2014 o movimento de mercadorias do Porto de Aveiro ascendeu a 4.496 mil toneladas, superando em 13,15% o anterior recorde de 3.974 mil toneladas, registado em 2013.

Registou-se um crescimento, face a 2013, em todos os segmentos de carga, sendo de assinalar que a componente de tráfego que mais contribuiu para este aumento foram os Granéis Sólidos, com uma variação positiva de 18,59% (ou 256 mil toneladas). Adicionalmente a Carga Geral Fracionada e os Granéis Líquidos registaram um aumento de 10,67% e 9,59%, respetivamente, face ao movimentado em 2013.

A distribuição da carga movimentada no porto, em 2014, foi de 38,54% para a Carga Geral, 36,30% para os Granéis Sólidos e 25,16% para os Graneis Líquidos.



2.1. Movimento de Navios

O movimento no porto de Aveiro registou em 2014 um total de 974 navios, a que corresponde uma arqueação bruta total de 4.290.175 GT. Face ao ano anterior, observa-se um aumento de 7,27% e 14,30%, no número de navios e no GT, respetivamente, o que implicou um aumento na arqueação média dos navios, que passou de 4.134 GT em 2013 para 4.405 GT em 2014. Este resultado global é reflexo direto da política desta administração de receber navios de maior

comprimento. Política esta, consolidada com o conclusão da melhoria das acessibilidades marítimas da barra do Porto de Aveiro.

Classe de GT	2013		2014		Δ% 14/13	
	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total
Total	908	3.753.295	974	4.290.175	7,27%	14,30%
< 2000	46	84.449	48	84.394	4,35%	-0,07%
2000 - 3000	368	961.673	377	1.004.449	2,45%	4,45%
3001 - 4000	173	618.090	156	553.622	-9,83%	-10,43%
4001 - 5000	139	613.811	168	738.819	20,86%	20,37%
5001 - 6000	65	348.062	67	360.021	3,08%	3,44%
6001 - 7000	24	153.647	46	296.180	91,67%	92,77%
7001 - 8000	19	144.551	30	227.464	57,89%	57,36%
8001 - 9000	18	150.869	20	166.892	11,11%	10,62%
9001 - 10.000	14	133.953	7	67.508	-50,00%	-49,60%
10.001 - 11.000	6	61.770	7	70.924	16,67%	14,82%
11.001 - 12.000	8	93.647	3	35.243	-62,50%	-62,37%
> 12.001	28	388.773	45	684.659	60,71%	76,11%

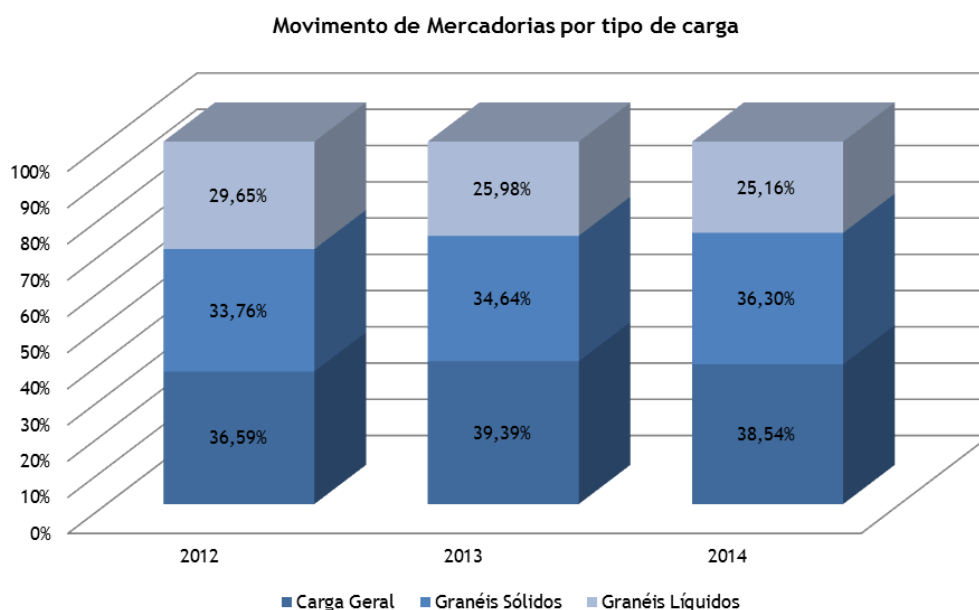
2.2. Movimento de Mercadorias

2.2.1. Movimento de Mercadorias por Tipo de Carga

O quadro seguinte resume o movimento de mercadorias nos últimos anos, por tipo de carga.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ%14/13
Total do Movimento Portuário	3.973.779	4.496.280	13,15%
Carga Geral Fracionada	1.565.190	1.732.841	10,71%
Granéis Sólidos	1.376.341	1.632.221	18,59%
Granéis Líquidos	1.032.248	1.131.218	9,59%

Relativamente à distribuição da movimentação de mercadorias por tipo de carga evidencia-se o tráfego de Carga Geral Fracionada, conforme se observa no gráfico seguinte.



2.2.1.1. Carga Geral Fracionada

O movimento global deste grupo de mercadorias, registou um aumento de 10,71%, face a 2013, tendo sido a principal componente de tráfego total deste porto. As mercadorias que mais contribuíram para o total de Carga Geral Fracionada foram os cimentos embalados (740 mil toneladas), os metais (483 mil toneladas) e as pastas químicas de madeira (215 mil toneladas).

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
Total de Carga Geral Fracionada	1.565.189	1.732.841	167.651
Cimentos embalados/paletizados	521.777	739.706	217.929
Metais	459.368	482.601	23.233
Pastas químicas de madeira	244.351	214.840	-29.511
Madeira Densificada	105.134	119.586	14.452
Madeira	200.915	91.076	-109.839
Outras Cargas Geral	33.645	85.032	51.387

2.2.1.2. Granéis Sólidos

O movimento deste tipo de carga registou um aumento de 18,59%, face a 2013. As principais mercadorias movimentadas, de Granéis Sólidos, foram os cimentos (346 mil toneladas), desperdícios de madeira (252 mil toneladas) e o milho (141 mil toneladas).

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
Total de Granéis Sólidos	1.376.341	1.632.221	255.880
Cimentos	251.896	345.487	93.591
Desperdícios de madeira	324.649	252.147	-72.502
Milho	118.659	140.574	21.915
Coque de Petróleo	80.785	121.457	40.672
Argila / Outras argilas caulínicas	70.288	119.022	48.734
Clinquer	61.698	114.949	53.251
Carbonato	42.751	113.566	70.815
Caulino	54.094	91.662	37.569
Trigo	83.062	61.279	-21.784
Bagaços vegetais	39.955	60.635	20.680
Feldspato	50.868	55.431	4.564
Ureia	39.633	47.599	7.966
Arroz	27.787	25.069	-2.718
Farinhas	68.568	0	-68.568
Outros Granéis Sólidos	61.648	83.342	21.694

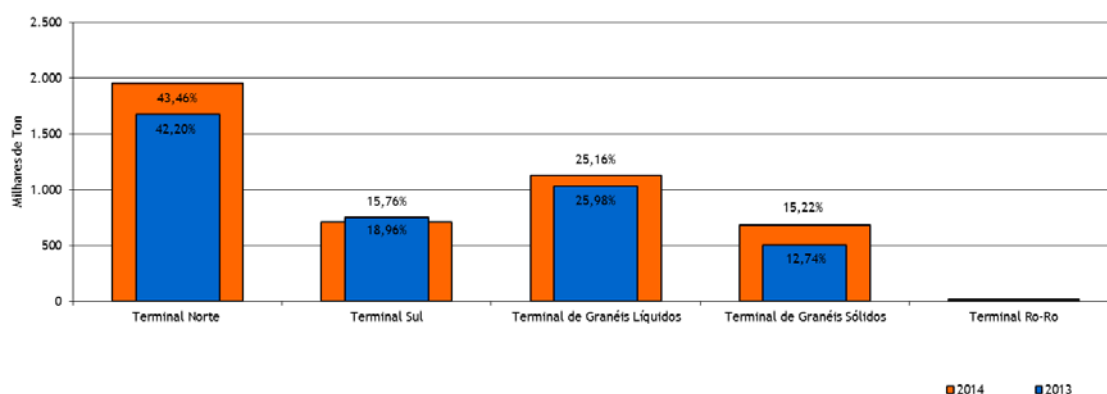
2.2.1.3. Granéis Líquidos

O movimento deste tipo de carga registou um aumento de 9,59%, face a 2013. O gasóleo (345 mil toneladas) e o cloreto de vinilo (166 mil euros) foram as principais mercadorias movimentadas.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
Total de Granéis Líquidos	1.032.248	1.131.218	98.970
Gasóleo	250.010	345.446	95.436
Cloreto de vinilo	196.228	166.187	-30.041
Isocianatos	121.416	134.549	13.133
Benzeno	109.580	126.565	16.985
Óleos	61.583	62.633	1.050
Biodiesel	59.989	55.035	-4.954
Metanol	58.009	66.432	8.423
Hidróxido de sódio	51.976	46.899	-5.077
Gasolinas	49.667	63.547	13.880
Anilina e seus sais	38.418	29.087	-9.331
Derivados nitrados	22.042	21.316	-726

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
Vinhos	12.280	0	-12.280
Outros Granéis Líquidos	1.050	13.522	12.472

2.2.2. Movimento de Mercadorias por Terminal



2.2.2.1. Terminal Norte

O Terminal Norte representa 43,46% do movimento global do porto, tendo-se verificado um aumento de 277 mil toneladas face ao ano anterior.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
Total - Terminal Norte	1.677.110	1.953.960	276.850
Carga Geral	1.001.096	1.306.119	305.023
Granéis Sólidos	676.014	647.841	-28.173

2.2.2.2. Terminal Sul

O Terminal Sul movimentou 709 mil toneladas, que corresponderam a 15,76% do movimento total, apresentando uma diminuição de 45 mil toneladas relativamente a 2013.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
Total - Terminal Sul	753.302	708.791	-44.511
Carga Geral	512.807	389.796	-123.011
Granéis Sólidos	240.495	318.995	78.500

2.2.2.3. Terminal de Granéis Líquidos

No Terminal de Granéis Líquidos o movimento de mercadorias ascendeu a 1.131 mil toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 99 mil toneladas.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
Total - Terminal de Granéis Líquidos	1.032.248	1.131.218	98.970
Granéis Líquidos	1.032.248	1.131.218	98.970

2.2.2.4. Terminal de Granéis Sólidos

No Terminal de Granéis Sólidos o movimento de mercadorias ascendeu a 684 mil toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 178 mil toneladas.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
Total - Terminal de Granéis Sólidos	506.388	684.185	177.797
Granéis Sólidos	455.177	654.190	199.013
Carga Geral	51.211	29.995	-21.216

2.2.2.5. Terminal de Contentores e Ro-Ro

No Terminal de Contentores e Ro-Ro o movimento de mercadorias ascendeu a 18 mil toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 13 mil toneladas.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
Total - Terminal de Contentores e Ro-Ro	4.730	18.125	13.395
Granéis Sólidos	4.655	11.194	6.539
Carga Geral	75	6.932	6.856

2.2.3. Movimento de Mercadorias por Importações / Exportações

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
Total de Mercadorias Movimentadas	3.973.779	4.496.279	13,15%
Importações	1.989.388	2.193.310	10,25%
Exportações	1.984.391	2.302.969	16,05%

No ano de 2014, as importações representaram 48,78% do total do movimento do porto, sendo os metais, gasóleo, o cloreto de vinilo e o milho as principais mercadorias.

De salientar a inversão da distribuição dos contributos, destacando-se as exportações em 2014.

No quadro seguinte, são apresentadas as principais mercadorias importadas nos anos 2013 e 2014.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
Total de Mercadorias Importadas	1.989.388	2.193.310	203.922
Metais	366.301	399.564	33.263
Gasóleo	250.010	345.446	95.436
Cloreto de vinilo	196.228	166.188	-30.040
Milho	118.659	140.574	21.915
Benzeno	109.580	126.565	16.985
Coque de petróleo	80.785	121.457	40.672
Carbonato dissódico	42.751	114.537	71.786
Madeira	150.482	63.209	-87.273
Metanol [álcool metílico]	58.009	66.432	8.423
Gasolinas	49.667	63.547	13.880
Óleos vegetais	61.583	62.632	1.049
Trigo	83.062	61.278	-21.784
Bagaços vegetais	39.955	59.041	19.086
Ureia	44.034	47.598	3.564
Hidróxido de sódio	51.976	46.899	-5.077
Cimentos	19.866	46.874	27.008
Outros	266.440	261.470	-4.970

Relativamente às exportações, verificou-se um aumento de 16,05%, face a 2013, sendo o cimento, desperdícios de madeira e pasta química de madeira as principais mercadorias.

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
Total de Mercadorias Exportadas	1.984.391	2.302.969	318.579
Cimentos	753.807	1.041.762	287.955
Desperdícios de madeira	328.572	252.147	-76.425
Pastas químicas de madeira	235.358	209.299	-26.059
Isocianatos	121.416	134.549	13.133
Madeira densificada	105.134	119.586	14.452
Clinker	42.468	114.949	72.481
Metais	95.489	83.388	-12.101

	Toneladas		
	2013	2014	Δ 14/13
Caulino	33.784	74.884	41.100
Argilas	29.007	66.163	37.156
Biodiesel	59.989	55.034	-4.955
Anilina	38.418	29.087	-9.331
Madeira	50.433	27.867	-22.566
Outros	90.516	94.254	3.738

2.3. Setor das Pescas

	2012		2013		2014	
	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios
Porto de Pesca Costeira	7.547	—	8.224	—	6.143	—
Porto Pesca do Largo	8.322	11	7.354	11	8.097	13

2.3.1. Porto de Pesca Costeira

Este sector, vocacionado para a descarga, armazenagem e comercialização de pescado por embarcações de pequeno porte registou, em 2014, uma diminuição de 25,30%, face a 2013.

2.3.2. Porto de Pesca do Largo

Este terminal serve armadores de pesca do largo e as indústrias do processamento do pescado instaladas na Gafanha da Nazaré, dispondo para isso de 17 pontes-cais.

Este terminal registou, em 2014, um aumento de 10,10% na carga total movimentada, face a 2013.

3. Investimentos

O montante de investimento executado em 2014 ascendeu a **706 mil euros**, sendo que **482 mil euros** corresponderam à execução de **investimentos estruturais** e **224 mil euros** à execução de **investimentos funcionais**.

No que respeita aos **investimentos estruturais** executados em 2014, destaca-se a conclusão da **Melhoria das Acessibilidades Marítimas**, no montante de 466 mil euros. Este projeto teve início em dezembro de 2011, consistindo no prolongamento em 200 metros do molhe norte e no aprofundamento dos fundos do canal externo de acesso dos navios ao porto, à cota de -13,2m Z.H.. A realização deste investimento visa aumentar a dimensão dos navios que podem escalar o porto e reforçar as condições de segurança na realização das suas manobras de entrada e saída do porto.

Refira-se ainda que em 2015, no âmbito das ações destinadas à **melhoria das infraestruturas logísticas do Porto de Aveiro**, iniciar-se-á a execução do projeto de melhoria das condições operacionais e reforço dos interfaces ferroviários dos terminais de graneis sólidos e líquidos. Este projeto consiste, por um lado, na operacionalização das novas pontes-cais do terminal de granéis líquidos (n.º 24, 25 e 26), com a construção da ligação da esteira de tubagem existente às mesmas e a implantação das redes de águas pluviais e contaminadas e de sistema de redes de combate de incêndios e, por outro lado, na construção de linhas férreas nos referidos terminais, destinadas à melhoria das condições de interface ferro-marítimas. Este investimento tem como principal objetivo contribuir para uma maior otimização das infraestruturas existentes, na medida em que lhes confere não só uma maior capacidade para consolidar os fluxos atuais e para a captação de novos fluxos de mercadorias, como também para a fixação de novos investimentos privados naqueles terminais.

Realce-se que, através de Deliberação Social Unânime por Escrito, de 22 de janeiro de 2015, o acionista Estado Português autorizou *“a realização do projeto de investimento designado por “Melhoria das condições operacionais e reforço dos interfaces ferroviários dos terminais de granéis líquidos e sólidos do porto de Aveiro”, no montante global de 3.357.013,79 euros”*.

Em conclusão, refira-se que do custo total de investimento realizado em 2014, 279 mil euros foi financiado por fundos comunitários e 427 mil euros por fundos da APA, S.A..

4. Concessões

4.1. Existentes

4.1.1. De Serviço Público

4.1.1.1. Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.

Durante o ano de 2014, assistiu-se a uma diminuição do movimento portuário no Terminal Sul, concessionado à empresa SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A., registando-se um decréscimo de 5,91% (ver informação identificada no ponto 2.2.2.2. - Movimento de Mercadorias por Terminal, deste documento).

4.1.1.2. Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.

A 29 de outubro de 2013, foi celebrado o *contrato de concessão da Prestação da Atividade de Reboque, em regime de serviço público no porto de Aveiro*, por um período de 5 anos, com a empresa Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, S.A., que produziu efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

A entrada em vigor deste contrato de concessão permitiu reforçar a frota de rebocadores ao dispor dos clientes do porto de Aveiro.

Designação	Número de Manobras
	De 01.02.2014 a 31.12. 2014
Dimensão dos Navios	930
Menor que 115 metros	548
Entre 115 e 125 metros	51
Entre 125 e 135 metros	123
Entre 135 metros e 150 metros	108
Maiores que 150 metros	100

4.1.2. De Uso Privativo

4.1.2.1. Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas (Aveiro), S.A.

Em 2014, o terminal de granéis alimentares, concessionado à empresa SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas (Aveiro), S.A., instalado no terminal de granéis sólidos do porto de Aveiro, movimentou 343.094 toneladas.

Esta instalação compreende 16 silos e respetivos equipamentos de carga/descarga, totalmente automatizados e em circuito fechado. A capacidade de armazenamento do terminal é de 60 mil toneladas.

Refira-se ainda que, com este terminal, a SOCARPOR fornece a região de Castela e Leão, utilizando para o efeito a ligação ferroviária, concluída em 2010.

4.1.2.2. Navalria Docas, Construções e Reparações Navais, S.A.

Em 2014, a Navalria deu continuidade à atividade de reparação e construção naval.

4.1.2.3. Docapesca - Portos e Lotas, S.A.

Em 2014, a APA, S.A. e a Docapesca - Portos e Lotas, S.A. celebraram o contrato de concessão de instalações destinadas a atividades da pesca e serviços conexos no porto de pesca costeira de Aveiro, com efeitos a 1 de outubro de 2014.

4.1.2.4. Prio Biocombustíveis, S.A.

Em 2014, o estabelecimento industrial de produção de biodiesel, no terminal de granéis líquidos, movimentou de 128.914 toneladas.

4.1.2.5. Prio Parques de Tanques de Aveiro, S.A.

Em 2014, a Prio Energy, S.A. e a BP Portugal, S.A. movimentaram 360.761 toneladas.

4.1.2.6. Pellets Power, Lda.

Em 2014, a Pellets Power, Lda. movimentou nas suas instalações, no terminal norte do Porto de Aveiro um total de 100.286 toneladas.

4.1.2.7. Enerpellets, S.A.

Em 2014, a Enerpellets, S.A. movimentou 61.047 toneladas.

4.1.2.8. SGPAMAG - Sociedade de Granéis Parque de Aveiro, Movimentação e Armazenagem de Granéis, S.A.

Em 2014, a SGPAMAG, S.A. movimentou 188.148 toneladas. Refira-se que esta concessão de uso privativo, atribuída em 2010, inclui duas parcelas dominiais com uma área total de 49.725 m² no terminal de granéis líquidos.

4.1.2.9. PPS - Produtos Petrolíferos, S.A.

Em 2014, a PPS - Produtos Petrolíferos, S.A., deu continuidade à construção de um parque de receção de armazenagem, movimentação e expedição de combustíveis gasosos. A empresa iniciou a sua atividade nos primeiros meses de 2015.

4.2. Outras Concessões

4.2.1. Plataforma Logística de Aveiro - Pólo de CACIA

A Plataforma Logística Portuária de Aveiro - Pólo de CACIA iniciou a sua exploração efetiva no início de 2010, tendo sido efetuados vários movimentos de mercadorias com especial destaque para o cimento ensacado e o aglomerado de madeira. De salientar que esta plataforma logística visa assegurar o encaminhamento eficiente das mercadorias com origem e destino no porto de Aveiro, assim como contribuir para um alargamento do seu *hinterland* natural até Espanha.

Em 2014 destacamos, o significativo aumento na utilização da ligação ferroviária ao porto de Aveiro. Com efeito, no quarto ano de exploração da ferrovia, registou-se um crescimento de 2,36% face ao ano anterior, com uma movimentação de 689 mil toneladas, representando cerca de 29,91% de carga total exportada.

5. Segurança no Porto

5.1. Plano de Emergência Interno da APA, S.A.

O Plano de Emergência Interno da APA, S.A. está acessível numa plataforma eletrónica *on-line* com permissões de acesso para os utilizadores, permitindo fornecer um conjunto de diretrizes e informações que visam a adoção de procedimentos lógicos, técnicos e administrativos, estruturados de forma a dar resposta rápida e eficiente em situações de emergência. A plataforma *on-line*, composta por vários módulos, facilita a gestão de emergência, permitindo uma gestão mais eficaz.

No dia 28 de setembro de 2014 realizou-se um exercício interno de combate à poluição realizado no Porto de Pesca Costeira, onde foram testados diversos equipamentos de recolha de hidrocarbonetos, bem como estabelecida a colocação de várias quarteladas de barreira insuflável de contenção de derrames. Esta operação contou com a equipa do núcleo de combates a derrames da APA, S.A. tendo sido utilizadas várias embarcações de combate à poluição para o efeito.

No dia 18 de novembro de 2014 foi realizado um exercício conjunto com a empresa Cires, que teve como principais objetivos testar a operacionalidade do Plano de Emergência Interno da Instalação Portuária de Receção (IPR) da Cires, e do *pipeline* que movimenta o produto cloreto de vinilo, entre as instalações desta empresa no Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aveiro e as suas instalações no complexo industrial de Estarreja, bem como testar e avaliar a operacionalidade do Plano de Emergência Interno do Porto de Aveiro. O exercício teve a participação para além da empresa Cires, da Administração do Porto de Aveiro S.A., da Autoridade Marítima, do Serviço Municipal de Proteção Civil da Câmara Municipal de Ílhavo e a da empresa Tinita-Transporte e Reboques Marítimos, S.A..

O exercício seguiu o guião estabelecido tendo como base a simulação de uma fuga do produto cloreto de vinilo na caixa n.º 1 do *pipeline*. Após o alerta da Cires foram ativados todos os meios de socorro previstos no Plano de Emergência Interna da Cires e ativado o Plano de Emergência Interna da APA, S.A., tendo os representantes das entidades com responsabilidade na resposta à emergência comparecido na sala de crise no edifício da sede da APA, S.A..

A escolha da localização do incidente, de difícil acesso às equipas de intervenção, permitiu testar de uma forma real as dificuldades das equipas no terreno. No final foi constatado por todas as entidades a importância da realização deste tipo de exercícios que permitem aferir os

procedimentos operacionais em vigor e melhorá-los de acordo com as propostas de melhoria, refletidas no relatório final.

5.2. *International Ship and Port Facility Security Code (ISPS) Plano de Proteção do Porto*

No âmbito do Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro, foi realizado um exercício de proteção no dia 11 de julho de 2014, tendo envolvido todos os elementos do Centro Coordenador de Operações de Proteção do Porto (CCOPP).

O exercício teve a tipologia de Exercício de Posto de Comando.

No exercício, estiveram envolvidas para além das entidades e forças de segurança que constituem o CCOPP, os oficiais de proteção das instalações portuárias certificadas no âmbito do código ISPS e a Autoridade Competente para a Proteção do Transporte Marítimo e dos Portos.

5.3. Controlo do Tráfego Marítimo do porto de Aveiro

O Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do porto de Aveiro, inaugurado em julho de 2008, e a funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana, é o órgão operacional do *Vessel Traffic Service* (VTS) o qual tem por missão garantir a troca de informação necessária no âmbito da segurança do porto. O serviço VTS, colaborando diretamente com o Departamento de Pilotagem, monitoriza permanentemente todas as embarcações e navios que demandam o porto de Aveiro.

5.4. Segurança e Higiene no Trabalho

Em 21 de agosto de 2014, foi constituída a Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho do Porto de Aveiro. Nesta Comissão estão representados os principais intervenientes na operação dos terminais, tendo sido estabelecidas reuniões regulares e apresentados os seguintes objetivos principais:

- Dar seguimento ao preconizado na Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro;
- Monitorizar a gestão da prevenção nas instalações portuárias; e
- Agilizar procedimentos, entre todas as entidades, por forma a efetivar a implementação de boas práticas na SST nos terminais do Porto de Aveiro.

Do trabalho efetuado durante o ano de 2014 foi delineado um novo Plano de Circulação para o Terminal Norte e Terminal de Contentores e Ro-Ro, cuja conclusão se prevê ocorrer durante o ano 2015.

6. Área de Desenvolvimento de Negócios, Relações Externas e Comunicação

6.1. Iniciativas de Desenvolvimento de Negócios

Em 2014 foram contactados armadores de diversos segmentos do *Shipping* nomeadamente contentores, Ro-Ro e graneleiros. De igual modo foi efetuado o acompanhamento da entrada de um novo operador portuário no Porto de Aveiro. Foi dada continuidade ao acompanhamento da cadeia logística dos clientes do *cluster* petroquímico para uma solução adequada de transporte ferroviário, desde o terminal de granéis líquidos do Porto de Aveiro até Salamanca (Espanha), estando também envolvidos parceiros espanhóis. Em 2014 foram, ainda, tomadas iniciativas com o intuito de encontrar uma nova oportunidade, para a Plataforma Logística de Cacia. Deu-se, igualmente, continuidade à promoção da Zona de Atividades Logísticas e Industriais Marítima (ZALIM). Por fim foram desenvolvidos contatos com diversos operadores logísticos interessados em estabelecer relações comerciais com o Porto de Aveiro.

6.2. Iniciativas de Promoção do Porto

Assinatura Protocolo APA / ENAPORT S. Tomé, 6 de março

A APA, S.A. e a ENAPORT - Empresa Nacional de Administração dos Portos de São Tomé e Príncipe, assinaram um protocolo com o objetivo de ambas as entidades contribuírem para a partilha e troca recíproca de informação, conhecimento e experiências.

Seminário “Regulamentação do Setor Marítimo Portuário”, 3 de abril

A APA, S.A. patrocinou o seminário, organizado pelo Conselho Português de Carregadores, subordinado ao tema “Regulamentação do Setor Marítimo Portuário”, tendo sido uma excelente forma de promoção do porto perante uma assembleia com interesses direcionados para o setor dos transportes.

Comemoração do dia do porto de Aveiro, 3 de abril

A efeméride foi celebrada no dia 3 de abril com um concerto musical, no Centro Cultural da Gafanha da Nazaré, tendo sido a Comunidade Portuária de Aveiro (CPA) a coordenadora e promotora do evento em parceria com a APA, S.A. e o parceiro institucional Câmara Municipal de Ílhavo. O concerto comemorativo do dia do porto de Aveiro contou com a atuação de Marta Ren com o seu último projeto denominado “*Summer’s Gone*”. Estiveram presentes cerca de 200 espetadores.

Visita Comitativa Dinamarquesa, 28 de abril

A APA, S.A. recebeu o dia 28 de abril de 2014, uma comitiva de representantes dos portos Dinamarqueses. Nesta visita, que contemplou todos os terminais do porto de Aveiro, foi possível transmitir uma perspetiva geral de todas as indústrias/*clusters* transversais ao Porto de Aveiro.

Conferência Europeia de *Short Sea Shipping* (SSS) 2014, 12 e 13 de maio

A APA, S.A. patrocinou a realização da Conferência Europeia de SSS 2014, realizada nos dias 12 e 13 de maio de 2014, na Gare Marítima de Alcântara, em Lisboa, organizada pela APTMCD - Associação Portuguesa de Transporte Marítimo de Curta Distância.

Fórum do Mar 2014, de 28 a 30 de maio, na Exponor, Matosinhos

A APA, S.A., a CPA, a CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, o GAC- Grupo de Ação Costeira e Câmara Municipal de Ílhavo, a Universidade de Aveiro e o ISCIA - Instituto Superior das Ciências da Informação e da Administração estiveram presentes, na edição de 2014 do Fórum do Mar, com um *stand* de promoção da região de Aveiro.

Assinatura de Protocolo para " Criação de um Grupo de Interesses para a Promoção do Corredor Atlântico da RTE-T no âmbito da Península Ibérica", 18 de julho, no edifício da antiga Capitania do Porto de Aveiro

A APA, S.A., em conjunto com outras dez entidades, entre as quais cinco Câmaras Municipais portuguesas (Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Guarda e Viseu), três espanholas (Ciudad Rodrigo, Salamanca e Valladolid), a CYLOG - Castilla y León Logística e a APDL, S.A. assinaram, no dia 18 de Julho de 2014, em Aveiro, um protocolo com vista à promoção do Corredor Atlântico da RTE-T no âmbito da Península Ibérica.

17.º Congresso de Logística da Associação Portuguesa de Logística (APLOG) com o tema "Next Generation Supply Chains & Logistics: What are the European Challenges", 29 e 30 de outubro no Centro de Congressos de Lisboa

A APA, S.A. patrocinou o 17.º Congresso da APLOG que, nesta edição, acolheu o EUROLOG 2014 - Congresso Europeu de Logística. O congresso focou temas como as novas tendências e estratégias para o setor da logística a nível europeu bem como exemplos de boas práticas e formulação de recomendações específicas de desempenho.

4º Fórum Empresarial da Região de Aveiro - "Portugal 2020 e os desafios das PME", 7 de novembro no Cineteatro ALBA em Albergaria-a-Velha

A APA, S.A. patrocinou, em conjunto com a CPA, o 4º Fórum Empresarial da Região de Aveiro, subordinado ao tema "Portugal 2020 e os desafios das PME". Este fórum revelou-se de extrema importância na promoção do porto de Aveiro e da CPA dado estar direcionado para um grande número de agentes económicos da região de Aveiro.

6.3. Comunicação

Em 2014 manteve-se a política assumida pelo Conselho de Administração, de divulgação regular de notícias referentes ao porto de Aveiro e nos mais diversos suportes.

Tal difusão passou a fazer-se através de novo portal *web* e também através de *newsletters* eletrónicas difundidas para vários milhares de cibernautas.

Em 2014 foram difundidas 27 *webletters* editáveis, no que reporta à APA, S.A., havendo a registar mais 32 *webletters* editáveis enviadas pelo portal da Comunidade Portuária de Aveiro (CPA), recurso a cargo do gabinete de comunicação da APA, S.A..

A interpenetração com as redes sociais é outro pormenor a ressaltar, através da publicação/replicação de conteúdos no *Facebook*, *Twitter*, *Slideshare*, *History Pin* e *Youtube*.

De registar também a criação de um espaço da APA, S.A. no FLICKR, com 694 fotos repartidas por 13 álbuns, passando, desta forma, as fotografias do acervo da empresa a disporem de uma plataforma mais apelativa e muito popular, atendendo aos milhões de visitas que recebe diariamente.

Procedeu-se à atualização de fotografias e vídeos do Porto de Aveiro, recorrendo quer aos meios tradicionais, quer à utilização de um *drone*, tendo este captado centenas de fotos e algumas dezenas de vídeos que se encontram a ser publicados nas ferramentas *web* da empresa. Através da utilização deste recurso, o Porto de Aveiro evidenciou uma vez mais o seu pioneirismo no que reporta à produção de conteúdos tendentes a uma difusão mediática.

O Porto de Aveiro, pioneiro das administrações portuárias portuguesas no *Youtube* oferece aos cibernautas um conjunto assinalável de vídeos, das maiores ofertas no panorama das empresas públicas portuguesas, com um registo de 674 vídeos publicados a 31.12.2014.

Desta forma, prosseguiu-se com a política encetada há vários anos e que consiste em manter presença regular nos meios de comunicação social ditos “tradicionais”. Sem um relato exaustivo, destacamos os suplementos publicados no “Diário de Aveiro” e o programa quinzenal “Porto de Encontro”, emitido pela “Rádio Terra Nova”, para além da participação noutros produtos da imprensa escrita (suplementos, cadernos especiais, edições especiais, etc.).

A redação de *press releases*, de textos para intervenções várias foi outra das atividades desenvolvidas, bem como o apoio prestado aos *media*, quer através da canalização de dados solicitados, quer, e significativamente, através do fornecimento de fotografias atuais do porto de

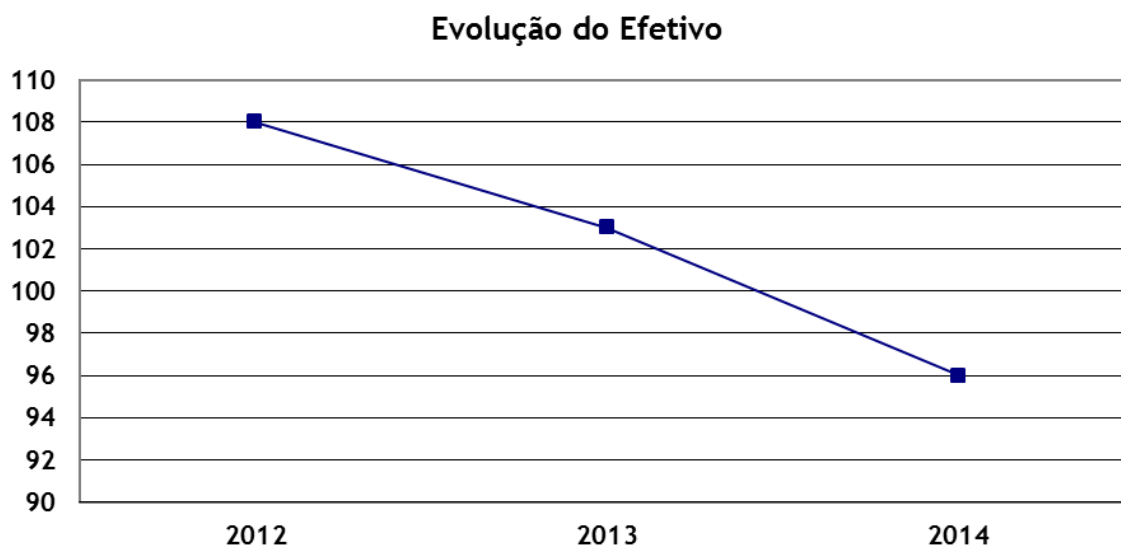
Aveiro (terrestres e aéreas). O mesmo vale para a cedência de fotografia e cartografia do arquivo histórico-documental do porto de Aveiro, quer para fins académicos, quer para propósitos de investigação científica ou ainda para integrarem iniciativas promovidas por entidades terceiras, como sejam exposições em sala.

A colaboração com os gabinetes de comunicação governamentais, instituições académicas e empresas, associações de diversa índole, sempre que solicitada, integra também o leque de atividades do gabinete de comunicação da APA, S.A.. Procedeu-se, diariamente, à monitorização dos conteúdos publicados sobre o porto de Aveiro nos mais diversos suportes mediáticos, quer através dos recursos possibilitados pela *Cision*, quer através de alertas específicos da *Google*, ainda em buscas dirigidas na *web* e consulta de publicações em formato papel.

7. Recursos Humanos

7.1. Evolução do Efetivo

O efetivo da APA, S.A. registou a seguinte evolução no decurso dos 3 últimos anos:



No que concerne à evolução do efetivo, verificou-se um decréscimo do número de efetivos, em 2014 nesta Administração Portuária, de 103 para 96 (número de funcionários em 31 de dezembro de 2014). Tal decréscimo é justificado pela aposentação de cinco colaboradores (2 técnicas administrativas, 1 técnica auxiliar, 1 mecânico e 1 carpinteiro), pela transferência de uma técnica superior e pela atribuição de uma licença sem vencimento de um colaborador com duração de 3 anos. Durante o exercício de 2014, o número médio de funcionários ao serviço da Empresa foi de 99 (2013:104 funcionários).

7.2. Habilitações Literárias

No que concerne ao nível habilitacional dos Recursos Humanos e à semelhança de anos anteriores, mantém-se uma elevada prevalência de colaboradores habilitados com o 2.º e 3.º ciclo do ensino básico (35,41%), seguido de colaboradores habilitados com ensino superior (32,29%).

	N.º de Trabalhadores	
	2013	2014
Habilitações Literárias	103	96
1.º Ciclo do ensino básico	9	9

	N.º de Trabalhadores	
	2013	2014
Habilitações Literárias	103	96
2.º Ciclo do ensino básico	11	11
3.º Ciclo do ensino básico	27	23
Ensino secundário	23	22
Ensino superior politécnico	2	2
Ensino superior universitário	27	26
Outros	4	3

No quadro infra encontra-se plasmado o nível habilitacional dos Recursos Humanos da APA, S.A. desagregado por sexo, referente ao ano de 2014. De realçar que os níveis habilitacionais que contêm o maior número de colaboradoras são o Ensino Secundário e o Ensino Superior Universitário.

Habilitações Literárias	N.º de Trabalhadores	
	2014	
	Homens	Mulheres
	70	26
1.º Ciclo do ensino básico	7	2
2.º Ciclo do ensino básico	8	3
3.º Ciclo do ensino básico	22	1
Ensino secundário	12	10
Ensino superior politécnico	2	0
Ensino superior universitário	17	9
Outros	2	1

7.3. Ativos por Áreas Operacionais

O quadro infra apresenta a distribuição dos ativos por áreas operacionais de acordo com o novo modelo organizacional.

	N.º de Trabalhadores	
	2013	2014
Total de Trabalhadores	103	96
<i>Top - Management</i>	3	2
Apoio à Administração	2	2
Gabinete Jurídico	1	1

	N.º de Trabalhadores	
	2013	2014
Gabinete da Estratégia	2	2
Área de Desenvolvimento do Negócio	1	0
Direção de Coordenação Portuária	57	55
Direção de Gestão de Espaços, Ambiente e Infraestruturas	18	16
Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional	19	18

No que concerne à informação contida no quadro “Ativos por áreas operacionais”, realça-se que as saídas descritas no ponto 9.1 supra afetaram as três Direções e a Área de Desenvolvimento de Negócio.

O quadro infra apresenta o detalhe dos Ativos por Áreas Operacionais desagregado por género.

	N.º de Trabalhadores	
	2014	
	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	70	26
<i>Top - Management</i>	2	0
Apoio à Administração	0	2
Gabinete Jurídico	0	1
Gabinete da Estratégia	1	1
Área de Desenvolvimento do Negócio	0	0
Direção de Coordenação Portuária	51	4
Direção de Gestão de Espaços, Ambiente e Infraestruturas	11	5
Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional	5	13

Como se depreende da análise do quadro supra, a área operacional que apresenta um maior número de colaboradoras é a Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional, composta por 13 mulheres e 5 homens.

7.4. Escalões Etários

No que concerne à distribuição do efetivo por escalões etários, constata-se um aumento progressivo do nível etário médio de **49,21** em 2013 para **49,96** em 2014.

Total	N.º de Trabalhadores			
	2013		2014	
	103	100,00%	96	100,00%
Até aos 24 anos	0	0,00%	0	0,00%
De 25 a 29 anos	2	1,94%	2	2,08%
De 30 a 34 anos	0	0,00%	0	0,00%
De 35 a 39 anos	7	6,80%	5	5,21%
De 40 a 44 anos	14	13,59%	9	9,38%
De 45 a 49 anos	24	23,30%	21	21,87%
De 50 a 54 anos	35	33,98%	35	36,46%
De 55 a 59 anos	17	16,51%	21	21,87%
De 60 a 61 anos	1	0,97%	0	0,00%
De 62 a 64 anos	3	2,91%	3	3,13%
Mais de 65 anos	0	0,00%	0	0,00%

Em 2014, o escalão etário com maior número de efetivos é o que compreende as idades de 50 a 54 anos.

O quadro infra apresenta os escalões etários dos colaboradores, desagregado por género.

Total	N.º de Trabalhadores			
	2014			
	Homens	100,00%	Mulheres	100,00%
Até aos 24 anos	0	0,00%	0	0,00%
De 25 a 29 anos	1	1,43%	1	1,43%
De 30 a 34 anos	0	0,00%	0	0,00%
De 35 a 39 anos	1	1,43%	1	1,43%
De 40 a 44 anos	7	10,00%	7	10,00%
De 45 a 49 anos	15	21,43%	15	21,43%
De 50 a 54 anos	29	41,43%	29	41,43%
De 55 a 59 anos	15	21,43%	15	21,43%
De 60 a 61 anos	0	0,00%	0	0,00%
De 62 a 64 anos	2	2,86%	2	2,86%
Mais de 65 anos	0	0,00%	0	0,00%

7.5. Antiguidade

No que concerne ao nível de antiguidade, é notória a elevada concentração de efetivos nos últimos escalões, ou seja, mais de 20 anos de antiguidade, representando 64,58% do total de colaboradores.

	N.º de Trabalhadores	
	2013	2014
Total	103	96
Até 1 ano	0	0
Mais de 1 ano até 2 anos	1	0
Mais de 2 anos até 5 anos	2	3
Mais de 5 anos até 10 anos	5	4
Mais de 10 anos até 15 anos	26	19
Mais de 15 anos até 20 anos	3	8
Mais de 20 anos até 25 anos	43	39
Mais de 25 anos até 30 anos	22	23
Mais de 30 anos	1	0

O quadro infra apresenta o nível de antiguidade dos colaboradores no ano de 2014, desagregado por género.

	N.º de Trabalhadores	
	2014	
	Homens	Mulheres
Total	70	26
Até 1 ano	0	0
Mais de 1 ano até 2 anos	0	0
Mais de 2 anos até 5 anos	2	1
Mais de 5 anos até 10 anos	3	1
Mais de 10 anos até 15 anos	13	6
Mais de 15 anos até 20 anos	6	2
Mais de 20 anos até 25 anos	25	14
Mais de 25 anos até 30 anos	21	2
Mais de 30 anos	0	0

O nível de antiguidade que agrega um maior número de colaboradores, é o “mais de 20 anos até 25”.

7.6. Indicadores

7.6.1. Trabalho e Absentismo

Indicadores	2012	2013	2014
1. Efetivo (n.º de trabalhadores)	108	103	96
2. Potencial Máximo anual (horas trabalháveis)	215.689	223.701	215.115
3. Trabalho Extraordinário (horas suplementares)	1.339	938	894
4. Absentismo (horas de ausência)	5.693	3.513	4.518
6. Horas Efetivamente Trabalhadas (2+3-4)	211.335	221.126	211.491
7. Horas Trabalhadas /Efetivo (6:1)	1.957	2.147	2.203
8. Taxa de Absentismo (4:2x100)	2,64%	1,57%	2,10%
9. Taxa de Trabalho Extraordinário (3:2x100)	0,62%	0,42%	0,42%

Da análise do quadro supra constata-se um acréscimo da taxa de absentismo quando comparado com o ano anterior, justificado pelo aumento das horas de ausência.

A Taxa de Trabalho Extraordinário mantém a mesma percentagem do ano anterior.

No quadro infra encontra-se apresentado o detalhe do n.º de horas de ausência, discriminado por tipo de falta.

Motivos de ausência	N.º de horas		
	2012	2013	2014
Total	5.693	3.513	4.518
Acidente de trabalho	2.064	1.428	976
Doença	1.690	807	3.305
Assistência inadiável	97	6	20
Maternidade / Paternidade	1.748	1.200	0
Suspensões Disciplinares	0	0	0
Outras Causas	94	72	217

De destacar o acréscimo do número de horas de ausência em 2014 quando comparado com o ano anterior, justificado pelo aumento exponencial das faltas por doença.

No quadro infra encontram-se plasmados os motivos de ausência desagregados por género, referentes ao ano de 2014.

Motivos de ausência	N.º de horas	
	2014	
	Homens	Mulheres
Total	4.246	272
Acidente de trabalho	976	0
Doença	3245	60
Assistência inadiável	0	20
Maternidade / Paternidade	0	0
Suspensões Disciplinares	0	0
Outras Causas	25	192

7.6.2. Formação com o Pessoal

A evolução do total de horas de formação, caracteriza-se da seguinte forma:

	2012	2013	2014
Número total de horas de ação de formação	2.091	2.141	1.243
Número de ações	64	51	48
Número de formandos	221	152	92

Da análise ao quadro supra apresentado, constata-se em 2014, um decréscimo do número de ações de formação, a abranger um menor número de colaboradores.

De realçar que em 2014, realizou-se o Curso de Marinheiro de 2.^a Classe do Tráfego Local, da qual participaram 3 colaboradores com um carga horária total de 100 horas.

7.6.3. Produtividade

	2012	2013	2014
Toneladas Movimentadas (1)	3.318.986	3.973.779	4.496.279
Horas trabalháveis (2)	215.689	223.701	215.115
Produtividade (1)/(2)	15,39	17,76	20,90

Em 2014 assistiu-se a um crescimento da produtividade, medida em função da carga movimentada no porto e das horas trabalháveis.

7.6.4. Gastos com o Pessoal

Indicadores	2012	2013	2014
1. Gastos com o Pessoal	4.562.981	4.798.937	4.688.858
2. Massa Salarial	4.139.193	4.668.367	4.550.396
3. Efetivo	108	103	96
4. Horas Trabalháveis	215.689	223.701	215.115
Despesa Média por Trabalhador (1:4)	21,16	20,53	21,80
Massa Salarial / Efetivo (2:3)	38.325,86	45.323,95	47.399,95

De referir que os Gastos com o Pessoal em 2014, diminuíram 2,29%, face a 2012. Esta variação decorre, essencialmente, da saída de 7 colaboradores durante o ano de 2014.

7.6.5. Outros Gastos com o Pessoal

Ação Social	2012	2013	2014
Seguro de Saúde	32.626	33.000	20.294
Medicina no Trabalho	7.246	7.246	7.246
Pensões	10.761	16.176	31.812

7.6.5.1. Medicina no Trabalho

Os serviços de Medicina no Trabalho realizaram, em 2014, 41 exames médicos para aferição do estado de saúde geral dos trabalhadores e da sua capacidade física para o desempenho das funções profissionais que lhe são atribuídas.

Ação Social	2012	2013	2014
Efetivo (1)	108	103	96
Exames Periódicos	79	72	41
Exames Ocasionais	1	0	0
Total de Exames (2)	80	72	41
Índice de Frequência de Exames (2)/(1)	0,74	0,70	0,43

8. Análise Económico-Financeira

8.1. Resultados

8.1.1. Resultado Operacional

Em 2014, a APA, S.A. apresentou um Resultado Operacional positivo de 3.085 mil euros, o que representa um aumento de 504,79%, relativamente ao ano anterior, conforme se observa no quadro seguinte.

	Valores em euros		
	2013	2014	Δ 2014/2013
Rendimentos Operacionais (1)	18.396.435	21.295.638	2.899.203
Exploração Portuária	4.520.528	4.297.098	-223.430
Subsídios à Exploração	46.301	618.704	572.403
Outros Rendimentos e Ganhos	13.630.065	13.294.493	-335.571
Ganhos imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos	0	185.721	185.721
Imparidade de dívidas a receber	199.542	2.899.622	2.700.080
Gastos Operacionais (2)	9.058.412	9.957.825	899.413
Fornecimentos e Serviços Externos	1.984.891	4.484.276	2.499.385
Gastos com o Pessoal	4.798.937	4.688.858	-110.079
Provisões (aumentos/reduções)	0	296.993	296.993
Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos	1.360.950	0	-1.360.950
Outros Gastos e Perdas	913.634	487.698	-425.936
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (3) = (1) - (2)	9.338.023	11.337.813	1.999.790
Gastos de depreciação e de amortização (4)	8.154.828	8.252.903	98.075
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (5)	-673.118	0	673.118
Resultado operacional (6) = (3) - (4) + (5)	510.077	3.084.910	2.574.833

Nos rendimentos de **Exploração Portuária** incluem-se todos os rendimentos resultantes da prestação de serviços realizados diretamente pela APA, S.A., tais como Tarifas sobre Navios, Tarifas sobre Equipamentos e Serviços de Pilotagem. As principais rubricas que contribuíram para a variação dos rendimentos de exploração portuária, encontram-se detalhadas no quadro abaixo.

	Valores em euros		
	2013	2014	Δ 2014/2013
Exploração Portuária	4.520.528	4.297.098	-223.430
Tup-Navio	1.319.784	1.538.654	218.870
Estacionamento	235.353	196.614	-38.739
Amarrar e desamarrar	298.862	327.162	28.300
Pilotagem	1.151.979	1.216.247	64.267
Tup-Carga	547.705	0	-547.705
Armazenagem	314.079	409.912	95.833
Tarifa do Uso de Equipamento	639.250	590.410	-48.841
Serviços Secundários - Fornecimentos de pessoal	13.516	18.100	4.584

O desvio negativo de 223 mil euros verificado nos rendimentos de **exploração portuária** é justificado, essencialmente, pela extinção, em 2014, da TUP-Carga, conforme determinação do IPTM, I.P., de 16 de janeiro de 2014.

Refira-se ainda que a extinção da TUP-Carga foi precedida, em 2013, de uma redução, face a 2012, em 20% de 1 de janeiro a 30 abril, conforme orientações recebidas por despacho de SE SEOPTC, transmitidas pelo IPTM, I.P. em 11 de dezembro de 2012 e em mais 50% a partir de 1 de maio, conforme orientações recebidas por despacho de SE SEOPTC em 29 de abril de 2013, traduzindo-se numa redução cumulativa de 60%.

Por outro lado e atento o aumento do movimento portuário, conforme registado no ponto 2 do presente documento, a TUP-Navio, Amarração e Desamarração e Pilotagem, apresentaram variações positivas face ao ano de 2013.

Nos **Outros Rendimentos e Ganhos**, registou-se uma diminuição de 336 mil euros, face a 2013. Para esta variação contribuiu, negativamente, o reconhecimento, em 2013, da reversão dos armazéns da Docapesca que transitaram para a APA, S.A. (1.069 mil euros) e, positivamente, a entrada em vigor a 1 de setembro de 2014 do novo modelo de operação portuária cujo principal objetivo é promover a concorrência dentro do porto mediante a entrada de novos meios de operação vertical (495 mil euros), e pelo reconhecimento de uma penalidade contratual a emitir a uma concessão de uso privado pelo facto das quantidades movimentadas terem sido inferiores às mínimas estabelecidas no referido contrato de concessão (261 mil euros).

	Valores em euros		
	2013	2014	Δ 2014/2013
Outros Rendimentos e Ganhos	13.630.065	13.294.493	-335.571
Rendimentos de Propriedade	4.743.725	4.709.223	-34.503
Inertes	176.181	244.077	67.897
Concessões	4.826.780	5.321.449	494.669
Fornecimentos Secundários	575.999	559.319	-16.680
Recolha de Resíduos	25.628	26.815	1.187
Outros	1.259.965	151.248	-1.108.716
Descontos de pronto pagamento obtidos	106.745	5.292	-101.453
Imputação de subsídios para investimentos	1.915.043	2.015.180	100.137
Benefícios e penalidades contratuais	0	261.890	261.890

Realçamos ainda que, durante o exercício de 2014, a APA, S.A. e a Docapesca - Portos e Lotas, S.A. celebraram um Contrato de Concessão de instalações destinadas a atividades da pesca e serviços conexos no porto de pesca costeira de Aveiro. A celebração deste Contrato de Concessão teve como objetivo resolver o litígio existente relativo às taxas de movimentação do pescado, faturadas e reclamadas em sede de execuções fiscais.

Assim, o contrato de concessão celebrado com a Docapesca, fixou como contrapartida da Concessão uma anuidade, no montante de 334.252 euros, atualizável em base anual, de acordo com o fator de atualização das rendas não habitacionais. Esta anuidade produziu efeitos com referência a 1 de outubro de 2014, tendo-se acordado simultaneamente o pagamento do montante de 2.137.868 euros referente às taxas de uso privativo do edifício da lota durante o período de 1 de janeiro de 2000 a 30 de setembro de 2014.

A celebração deste contrato irá dar origem à emissão de notas de crédito, no montante de 2.420.052 euros e a faturação no valor de 2.137.868 euros. Adicionalmente, procedeu-se no exercício de 2014 à reversão da totalidade da imparidade reconhecida sobre o saldo a receber deste cliente, no montante de 2.799.357 euros.

Observando a variação dos **Gastos Operacionais**, no ano de 2014, verificou-se um aumento de 899 mil euros, face a 2013. Para esta variação contribuíram de forma significativa e relevante os fornecimentos e serviços externos (com um desvio desfavorável de 2.499 mil euros) e o reforço nas provisões, em cerca de 297 mil euros, as quais tiveram por objetivo fazer face a riscos gerais do negócio. Refira-se, contudo, que em sentido contrário, os outros gastos operacionais tiveram um desvio positivo de 426 mil euros. Este desvio resulta do facto de, no exercício de 2013, ter sido reconhecido como gasto o estudo de viabilidade técnico-financeira para a concessão

Terminal Norte (Sector Norte e Graneis Líquidos). Decorrente da intenção da Comunidade Portuária de Aveiro, na qual a Empresa se integra, de implementar um novo modelo de operação portuária, que visava garantir a harmonização do atual regime de licenciamento em todo o porto, o referido montante, inicialmente registado como um ativo intangível, foi levado a gasto no exercício de 2013.

No que concerne aos **Fornecimentos e Serviços Externos** registou-se um aumento de 2.499 mil euros, face a 2014. Para esta variação contribuíram de forma significativa e relevante a realização de uma dragagem de manutenção, no montante de 2.468 mil euros, financiada em 612 mil euros por fundos PIDDAC, montante esse registado como um subsídio à exploração.

No que respeita aos **Gastos com o Pessoal** verificou-se uma diminuição de 110 mil euros, face a 2013, justificado, essencialmente, pela saída de 7 colaboradores durante o ano de 2014, conforme referido no ponto 7.1. do presente relatório.

Os **Fornecimentos e Serviços Externos** e os **Gastos com o Pessoal** continuam a deter um peso significativo na globalidade dos gastos operacionais de, respetivamente, 45,03% e 47,09%. Observadas conjuntamente estas duas rubricas absorveram 43,08% dos rendimentos globais da APA, S.A. no exercício de 2014 (36,88% em 2013).

Por fim, referimos que, decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial para valorização do investimento que a Empresa detém na sua subsidiária APFF, S.A. no exercício de 2013 foi reconhecido um gasto no montante de 1.360.950 euros, correspondendo ao resultado líquido gerado por esta subsidiária nesse exercício, enquanto que em 2014, esta apresentou um lucro de 185.721 euros.

8.1.2. Resultado Antes de Imposto

Em 2014, a APA, S.A., apresenta um **Resultado Antes de Imposto** de 3.154 mil euros, o que representa um aumento de 2.598 mil euros, relativamente ao ano anterior.

	Valores em euros		
	2013	2014	Δ 2014/2013
Resultado Operacional (6)	510.077	3.084.910	2.574.833
Juros e rendimentos similares obtidos (7)	157.133	178.685	21.552
Juros e gastos similares suportados (8)	111.624	109.861	-1.762
Resultado antes de Impostos (9)	555.587	3.153.734	2.598.147

8.1.3. Resultado Líquido do Período

A APA, S.A., apresentou, em 2014, um **Resultado Líquido do Período** de 3.079 mil euros.

8.2. Balanço

8.2.1. Ativo

O Ativo Líquido da APA, S.A., em 2014, ascendeu a 384.056 mil euros, conforme se demonstra no quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2013	2014
Ativo não Corrente	365.522.225	358.278.006
Ativos fixos tangíveis	307.109.262	301.843.842
Propriedades de investimento	4.107.155	4.106.082
Ativos intangíveis	40.960.380	38.677.315
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	13.309.402	13.628.266
Participações financeiras - outros	22.500	22.500
Ativos por impostos diferidos	13.526	0
Ativo Corrente	18.882.695	25.778.308
Clientes	3.564.911	5.256.537
Estado e Outros Entes Públicos	486.122	41.184
Outras contas a Receber	117.597	1.289.981
Diferimentos	200.546	180.334
Caixa e Depósitos bancários	14.513.518	19.010.273
Total do Ativo	384.404.920	384.056.314

A principal variação face a 2013, ocorreu na rubrica de disponibilidades. Este aumento resulta, fundamentalmente, do aumento nos fluxos de caixa gerados pela atividade operacional da Empresa.

8.2.2. Capitais Próprios

Os Capitais Próprios, da APA, S.A., em 2014, são de 306.276 mil euros, conforme evidenciado no quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2013	2014
Capital Próprio		
Capital realizado	30.000.000	30.000.000
Reservas	193.013.241	193.664.606
Reservas legais	794.556	848.100
Reservas não distribuíveis	2.452.127	3.049.948
Outras reservas	189.766.558	189.766.558

Resultados transitados	-7.533.378	-7.649.296
	Valores em euros	
	2013	2014
Ajustamento em ativos financeiros	13.938.841	13.944.680
Outras variações do Capital Próprio	71.916.609	73.236.767
Resultado Líquido do Período	535.447	3.079.323
Total do Capital Próprio	301.870.760	306.276.080

O aumento verificado nos capitais próprios resulta do resultado líquido gerado pela Empresa em 2014, no montante de 3.079.323 euros, e do efeito do recebimento de subsídios ao investimento, os quais são reconhecidos em capitais próprios.

8.2.3. Passivo

No Passivo, registou-se uma diminuição de 4.754 mil euros, face a 2013, conforme evidenciado no quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2013	2014
Passivo não Corrente	75.657.419	69.515.461
Provisões	238.928	433.014
Financiamentos obtidos	18.634.087	17.180.453
Passivos por impostos diferidos	1.080.230	1.107.428
Diferimentos	33.734.923	30.649.044
Outras Contas a Pagar	21.969.251	20.145.522
Passivo Corrente	6.876.740	8.264.774
Fornecedores	206.534	1.777.639
Estado e Outros Entes Públicos	248.765	256.994
Financiamentos Obtidos	1.453.632	1.453.632
Outras Contas a Pagar	1.878.255	1.690.630
Diferimentos	3.089.554	3.085.879
Total do Passivo	82.534.160	77.780.235

O decréscimo verificado no passivo resulta, fundamentalmente, do reembolso de financiamentos em 2014 (1.453 mil euros) e do efeito positivo que a redução na taxa do IRC, de 23% para 21%, na sequência da aprovação da Lei do Orçamento de Estado para 2015, teve ao nível dos impostos diferidos passivos e do efeito fiscal futuro nos subsídios ao investimento.

8.3. Indicadores Económicos e Financeiros

No quadro seguinte são apresentados indicadores económico-financeiros para o ano de 2014 e 2013.

Indicadores Económicos e Financeiros		2013	2014
Económicos			
VAB / Encargos Pessoal (%)		291,16	409,36
Volume de Negócios (em euros)	Prest. Serviços (conta 72) + Prov. Suplementares (conta 781)	14.946.654	15.304.043
EBIT (em euros)	Res. Operacionais	510.077	3.084.910
EBITDA Ajustado (em euros)	Ver ponto 8.3.1.	4.296.230	3.448.403
Margem EBIT (%)	EBIT / (Volume Negócios)	3,41	20,16
Margem EBITDA (%)	EBITDA / (Volume Negócios)	28,74	22,53
Financeiros			
Liquidez (%)	Ativo Circulante/ Passivo Circulante	274,59	311,91
Rend. Vendas (%)	Res. Líquido/ (Prestação Serviços + Outros)	3,58	20,12
Rent. Cap. Próprios (%)	Res. Líquido/ Cap. Próprios	0,18	1,01
Rent. Cap. Totais (%)	Res. Líquido/ (Cap. Próprios + Passivo)	0,14	0,80
Autonomia Financeira (%)	Cap. Próprios/Ativo Total	78,53	79,75
Solvabilidade (%)	Cap. Próprios/Passivo Total	365,75	393,77
Cobertura do Imobilizado (%)	Cap. Permanentes/ Ativo Fixo	87,68	90,28

8.3.1. EBITDA Ajustado

Face às variações referidas anteriormente, o EBITDA ajustado atingiu, no final do exercício, o montante de 3.448 mil euros.

	Valores em euros		
	2013	2014	Δ 2014/2013
EBITDA Ajustado (1) = (2) - (3) - (4) - (5) - (6) - (7)	4.296.230	3.448.403	-847.826
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (2)	9.338.023	11.337.813	1.999.790
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos (3)	-1.360.950	185.721	1.546.671
Imputação de subsídios para investimentos (4)	1.915.043	2.015.180	100.137
Imparidade de dívidas a receber (5)	199.542	2.899.622	2.700.080
Provisões (6)	0	-296.993	-296.993
Reversão de bens (7)	4.288.158	3.085.879	-1.202.279

8.3.2. Valor Acrescentado Bruto

Face às variações referidas anteriormente, o Valor Acrescentado Bruto atingiu, no final do exercício, o montante de 197 mil euros por efetivo.

	Valores em euros		
	2013	2014	Δ 2014/2013
VAB / N.º de Efetivos	135.657	199.940	64.282
N.º de Efetivos	103	96	-7
VAB	13.972.717	19.194.217	5.221.500
Impostos	172.339	163.649	-8.690
Gastos com o Pessoal	4.798.937	4.688.858	-110.079
Encargos Financeiros	111.624	109.861	-1.762
Gastos de Depreciações e de Amortizações	8.154.828	8.252.903	98.075
Imparidade de Dívidas a Receber	199.542	2.899.622	2.700.080
Resultado Líquidos	535.447	3.079.323	2.543.876

9. Perspetivas Futuras

Esta Administração Portuária estabeleceu iniciativas para atingir as metas inscritas no Mapa da Estratégia da empresa apresentado no capítulo I do Relatório de Governo Societário 2014.

Neste enquadramento, destacamos o seguinte conjunto de oportunidades/desafios, para 2015:

- Alcançar a sustentabilidade (V1) - estima-se, em 2015, alcançar um Resultado Operacional negativo de 856 mil euros e um EBITDA ajustado de 1.841 mil euros;
- Incrementar o volume de tráfego (V2) - prevê-se, em 2015, que o movimento portuário atinga as 4.429 mil toneladas;
- Reduzir os gastos operacionais (Fornecimentos e Serviços Externos + Gastos com o Pessoal) no volume de negócios (V4) - espera-se que a manutenção da tendência de redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, verificada desde 2010, seja interrompida temporariamente, no período de 2014 a 2016, pela realização das dragagens de restabelecimento dos fundos do Porto de Aveiro. Importa referir que a estimativa de dragagens a realizar nos anos de 2015 e 2016, representa um esforço financeiro de recuperação de 8 anos de dragagens operacionais, iniciado em 2014, que, em condições normais de acessibilidade marítima, teriam sido realizadas em cada um dos exercícios económicos;
- Assegurar a operacionalidade do acesso marítimo melhorado (P5) - prevê-se em 2015 atingir um GT médio de 5.482, que, comparado com o último ano antes do início da empreitada de reconfiguração da barra (2010), representa um aumento do GT médio em 1.819;
- Captar linhas de SSS regulares (P6) - participar em projetos que promovam o SSS/AEM;
- Incrementar investimento privado (P7) - Infraestruturar a Zona de Atividades Logísticas e Industriais (ZALI) e construção de terminal intermodal, em zona contígua ao Terminal de Contentores e Ro-Ro; e
- Inovar e desenvolver competências críticas (R1) - está previsto no presente Plano de Atividades e Orçamento (PAO) um gasto anual de 50.000 euros relativo a formação com o pessoal.

10. Proposta de Aplicação dos Resultados

Dando cumprimento ao disposto na alínea f) do artigo 10º dos Estatutos da APA, S.A. o Conselho de Administração da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido de 2014, apurado no montante de 3.079.323,02 euros seja distribuído da seguinte forma:

- 10%, 307.932,30 euros, para reservas legais, em cumprimento do estatuído na alínea a) do n.º 1 do artigo 17º dos Estatutos da APA, S.A. aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, com as alterações aprovadas em Assembleia-Geral de 31 de março de 2008;
- 764.617,70 euros para reservas não distribuíveis - Concessões;
- 185.721,42 euros para Ajustamentos em ativos financeiros - Lucros não atribuídos; e
- o remanescente, 1.821.051,60 euros, para resultados transitados.

A parte destinada a reservas não distribuíveis - Concessões, resulta da implementação da política contabilística aprovada pelas Administrações Portuárias relativa ao reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A implementação desta política contabilística teve em consideração o parecer da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) datado de 3 de janeiro de 2012.

11. Cumprimento das Orientações Legais

Para efeito de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais, evidenciadas no presente ponto, é apresentado o quadro seguinte.

Cumprimento das obrigações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação/Referência ao ponto no relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de gestão / Plano de Atividades e Orçamento			X	Em 2014 a APA, S.A. cumpriu com os objetivos propugnados no PAO 2014. Os objetivos de gestão e respetivas metas quantificadas a atingir pelo Conselho de Administração, comum às duas empresas, APA, S.A. e APFF, S.A., foram fixadas pelo acionista Estado, para o período 2008-2010. Desde então, e mais concretamente para o ano de 2014, não foram fixados objetivos de gestão.	Ver ponto 11.1.
Gestão do risco financeiro	X			A taxa média de financiamento em 2014 ascendeu a 0,60%	Ver ponto 11.2.1.
Limites de Crescimento do Endividamento	X			Em 2014 o endividamento diminuiu 7,24% ou 1.453.634€, face a 2013.	Ver ponto 11.2.2.
Evolução do PMP a fornecedores	X			O PMP em 2014 ascendeu a 29 dias (+9 dias, face a 2013).	Ver ponto 11.3.
Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("Arrears")	X			A APA, S.A. não possuía faturas vencidas há mais de 90 dias a 31.12.14.	Ver ponto 11.3.
Recomendações do acionista na aprovação de contas	X				Ver ponto 11.4.
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art. 41.º da Lei 83-C/2013	X				Ver ponto 11.5.2.1.
Órgãos Sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2014	X			Total da redução remuneratória em 2014: 40.344,11€	Ver ponto 11.5.2.2.
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 73º da Lei 83-C/2013			X		Ver ponto 11.5.3.3.
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2014			X		Ver ponto 11.5.4.1.
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39.º da Lei 83-C/2013	X				Ver ponto 11.5.4.2.
Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)					
Utilização de cartões de crédito			X		Ver ponto 11.6.1.
Reembolso de despesas de representação pessoal			X		Ver ponto 11.6.2.
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X				Ver ponto 11.7.1.

Cumprimento das obrigações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação/Referência ao ponto no relatório
	S	N	N.A.		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X				Ver ponto 11.7.1.
Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas (TC)	X			No ano de 2014, foi submetido a visto prévio do TC, um contrato cujo montante global ascendeu a 2.871.400 €.	
Auditorias do Tribunal de Contas			X		Ver ponto 11.12.
Parque Automóvel					
N.º de viaturas	X			Apesar do aumento da atividade portuária, a APA, S.A., utiliza 31 viaturas, desde 2008.	Ver pontos 11.9. e 11.10.1.
Gastos com viaturas	X			Em 2014 os gastos com viaturas diminuíram 4 mil €, face a 2013.	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013)		X			Ver ponto 11.10.1.
Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei n.º 83-C/2013)					
N.º de trabalhadores	X			Em 2014, o n.º de trabalhadores diminuiu 6,80% ou 7 colaboradores, face a 2013.	Ver ponto 11.10.1.
N.º de cargos dirigentes		X		Em 2014, o n.º de cargos dirigentes aumentou 11,76% ou 2 dirigentes, face a 2013 ¹ .	Ver pontos 11.10.1. e 11.10.4.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123.º da Lei 83-C/2013)					
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	X			78% das disponibilidades da APA, S.A. estavam depositadas no IGCP, E.P.E., a 31.12.2014.	Ver ponto 11.11.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			X		Ver ponto 11.11.

S-Sim; N-Não; N.A. - Não Aplicável.

Nota:

¹ Até 18 de junho de 2014, um administrador acumulava funções de diretor na APA, S.A. e na APFF, S.A..

11.1. Objetivos de gestão, previstos no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, de forma quantificada, e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado

Apesar de não terem sido celebrados contratos de gestão para o ano de 2014, o Conselho de Administração da APA, S.A. pautou a sua atuação pelas orientações recebidas pelo Acionista, das quais destacamos:

- Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2014); e
- Ofício circular n.º 7037, da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), de 21 de novembro de 2013, sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão: faculta instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) 2014.

Neste contexto, quantificámos o nível de cumprimento dos objetivos de gestão tendo por base as metas definidas no plano de atividades e orçamento para o triénio 2014-2016, aprovado em reunião de Assembleia Geral de 2 de junho de 2014.

Mais se realça, que o referido instrumento previsional de gestão foi elaborado tendo em consideração os seguintes pressupostos:

- A adoção de estratégias de maximização das receitas mercantis;
- A evidência, desde 2010, de uma tendência decrescente do rácio *cost-to-income*, com exceção do ano 2014, resultado da eliminação da TUP-Carga e da realização de dragagens de restabelecimento dos fundos do Porto de Aveiro;
- Na suspensão “*de quaisquer atos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos titulares dos cargos e demais pessoal identificado no n.º 9 do artigo 33.º da LOE para 2014*”;
- Na manutenção do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) inferior a 30 dias, por forma a dar cumprimento ao Programa Pagar a Tempo e Horas, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 34/2008, de 22 de fevereiro com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril;
- Não possuir faturas vencidas há mais de 90 dias, nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio;
- Na redução do nível de envidamento bancário, respeitando o determinado no artigo 27º e 29º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e artigo 61º da LOE para 2014; e
- Na criteriosa seleção de investimentos a desenvolver.

Assim, importa ainda salientar que em 2014, a APA, S.A. cumpriu com os objetivos propugnados no mencionado plano de atividades e orçamento para 2014, conforme evidenciado no quadro infra:

Objetivos	Cumpre			Observações
	S	N	N/A	
<u>Alcançar a sustentabilidade (V1)</u> - estima-se, em 2014, alcançar um EBITDA ajustado de 2.337 mil euros.	X			A APA, S.A. atingiu, em 2014, um EBITDA ajustado de 3.448 mil euros
<u>Incrementar o volume de tráfego (V2)</u> - prevê-se, em 2014, que o movimento portuário atinga as 3.920 mil toneladas.	X			O movimento portuário da APA, S.A. ascendeu, em 2014, a 4.496 mil toneladas.
<u>Reduzir os gastos operacionais (Fornecimentos e Serviços Externos + Gastos com o Pessoal) no volume de negócios (V4)</u> - espera-se que a manutenção da tendência de redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, verificada desde 2010, seja interrompida temporariamente apenas em 2014 e 2015 pela realização das dragagens de restabelecimento dos fundos do Porto	X			Ver ponto 11.10.1. do presente documento.

Objetivos	Cumpre			Observações
	S	N	N/A	
de Aveiro.				
<u>Assegurar a operacionalidade do acesso marítimo melhorado (P5)</u> - prevê-se em 2014 atingir um GT médio de 4.102, que, comparado com o último ano antes do início da empreitada de reconfiguração da barra (2010), representa um aumento do GT médio em 524.	X			O GT médio ascendeu, em 2014, a 4.405 GT, representando um aumento do GT médio em 824, face a 2010.
<u>Captar linhas de SSS regulares (P6)</u> - participar em projetos que promovam o SSS/AEM.		X		
<u>Incrementar investimento privado (P7)</u> - Infraestruturar a ZALI e construção de terminal intermodal, em zona contígua ao Terminal de Contentores e Ro-Ro.		X		Projeto inscrito no PAO 2015-2017
<u>Inovar e desenvolver competências críticas (R1)</u> - está previsto no presente Orçamento um gasto de 50.000 euros relativo a formação com o pessoal.	X			Em 2014, a APA, S.A. gastou 25 mil euros com formação para os seus colaboradores.

Legenda:

S - Sim; N - Não; N/A - Não Aplicável

11.2. Gestão do risco financeiro, e cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2014, na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG - 2014

A 31 de dezembro de 2014, o passivo remunerado da APA, S.A., ascendia a 18.634.085 euros (- 1.453.634 euros ou -7,24%, face a 2013), cumprindo, portanto, o limite de crescimento do endividamento remunerado corrigido pelo capital social fixado para 2014, no n.º 5 do artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, leia-se 4%.

11.2.1. Evolução da taxa média anual de financiamento

11.2.1.1. Banco Europeu de Investimento (BEI)

O empréstimo concedido pelo BEI, a 29 de outubro de 2004, com garantia do Estado português, contratualizado pelo montante de 30 milhões de euros, teve por objetivo o financiamento das obras de expansão e aumento de capacidade das infraestruturas do porto de Aveiro e a reconfiguração do acesso/barra.

Foram solicitados 2 desembolsos, um no valor de 20 milhões de euros (realizado em janeiro de 2005) e outro no valor de 5 milhões de euros (realizado em novembro de 2009). O 1º desembolso destinou-se ao cofinanciamento dos investimentos estruturais executados pela APA, S.A. entre 2000 e 2007, destinados essencialmente à melhoria das condições operacionais do porto para a movimentação de cargas. O 2º desembolso tem com objetivo o cofinanciamento do projeto de reconfiguração da barra e foi tomado pela APA, S.A..

O capital mutuado pelo banco vence juros calculados à taxa Euribor acrescidos de um *spread* máximo de 0,13%. É amortizado em trinta e duas prestações semestrais consecutivas, tendo-se vencido a primeira em 15 de dezembro de 2008 e a última, vencer-se-á em 15 de junho de 2024. As primeiras 31 prestações são constantes em capital e correspondem, cada uma, a 1/42 do capital em dívida e a última prestação corresponde a 11/42 do capital dessa parcela desembolsada. Refira-se que a APA, S.A. poderá solicitar ao Banco que a última prestação seja paga em frações semestrais consecutivas e constantes de capital, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2024 e a última em 15 de junho de 2029.

A taxa de garantia pessoal concedida pelo Estado, sob a forma de fiança, para cumprimento das obrigações de capital e juros do empréstimo contraído pela APA, S.A. junto do BEI, ascende a 0,2% ao ano, sobre o capital em dívida.

Relativamente a este empréstimo, a empresa tem a possibilidade de proceder ao seu reembolso antecipado. Tendo por base as projeções de *cash-flows* de médio e longo prazo para o período de 2014-2023, e caso a empresa afetasse exclusivamente os seus excedentes de tesouraria à realização do plano de investimentos e ao reembolso do empréstimo, o mesmo seria totalmente amortizado até 2020.

	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos financeiros (€)	251.229	374.158	236.606	106.346	106.008
Taxa Média de financiamento (%) ¹	1,11%	1,74%	1,16%	0,55%	0,59%

¹ Encargos Financeiros /Valor em dívida

11.2.1.2. BPI e BCP

O empréstimo celebrado com o consórcio Banco BPI, S.A. e Banco Comercial Português, S.A., no montante de 2.500.000 euros, em janeiro de 2007, teve como finalidade proceder à amortização antecipada do empréstimo bancário APP/2000, cujo serviço de dívida era partilhado com as restantes Administrações Portuárias principais, em função dos respetivos volumes de negócio. Tratava-se de um fator de risco para a performance económica da APA, S.A. atendendo a que era expectável o aumento da sua responsabilidade no pagamento do serviço de dívida. O empréstimo vence juros à taxa nominal correspondente à taxa Euribor a seis meses, acrescido do *spread* de 0,125% ao ano. O reembolso do capital utilizado é efetuado em 19 prestações semestrais, constantes e sucessivas, de capital e juros, tendo-se vencido a primeira, 12 meses após a assinatura do contrato.

	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos financeiros (€)	20.775	25.011	17.209	5.146	3.866
Taxa Média de financiamento (%) ¹	1,21%	1,73%	1,45%	0,56%	0,59%

¹ Encargos Financeiros /Valor em dívida

11.2.2. Passivo Remunerado

	2013	2014	Var. absol.	Var. %
Financiamentos obtidos (€)	20.087.719	18.634.085	-1.453.634	-7,24%
dos quais concedidos pela DGTF (€)	0	0	0	0,00%
Aumentos de Capital por dotação (€)	0	0	0	0,00%
Aumentos de Capital por conversão de créditos (€)	0	0	0	0,00%
Endividamento Ajustado (€)	0	0	0	0,00%

11.3. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

No ano de 2014, a APA, S.A. manteve o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a fornecedores, calculado em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, inferior a 30 dias.

PMP	2013	2014	Var. 2014/2013
Prazo (dias)	20	29 ¹	+ 9

Nota:

¹ Este cálculo não inclui duas faturas da Dravo, S.A., referentes à empreitada de “Dragagem de manutenção dos fundos do Porto de Aveiro”. Uma no montante de 767 mil euros, datada de 11 de dezembro de 2014, paga a 12 de janeiro de 2015 e outra no montante de 762 mil euros, datada de 31 de dezembro de 2014, que veio a ser creditada no início do ano de 2015. De referir que, atendendo à data da fatura, bem como à fórmula de cálculo utilizada (Despacho n.º 9871/2013, de 13 de abril), que considera a média do saldo de fornecedores no final de cada trimestre, o PMP seria substancialmente agravado.

A 31 de dezembro de 2014, a APA, S.A. não possuía faturas vencidas há mais de 90 dias.

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	1.815.229€	0€	0€	0€	0€
Aq. de Capital	14.494€	0€	0€	0€	0€
Total	1.829.723€	0€	0€	0€	0€

11.4. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação de contas 2013

O acionista da APA, S.A., aquando da aprovação das contas de 2013, efetuada em reunião da Assembleia Geral, datada de 2 de junho de 2014, recomendou ao Conselho Administração que “O plano de atividades e de investimentos e respetivo orçamento para 2014 deverá dar

continuidade à política de contenção de gastos operacionais e deverão ser envidados esforços tendentes ao cumprimento do plano de redução de custos, conforme determina o artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”. Ver informação identificada no ponto 11.10 do presente relatório.

11.5. Remunerações

11.5.1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-Fim) *	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2014 (€)		
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após reduções (3)=(1)-(2)
31-03-2008 a 09-03-2015 e de 09-03-2015 a 09-03-2017	Presidente	Associação Industrial do Distrito de Aveiro, representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho	572,58€	572,58€	0,00€	572,58€
	Secretário	Dr.ª Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio	343,33€	343,33€	0,00€	343,33€

* Por orientações da Tutela, nas Assembleias Gerais, realizadas nos anos de 2011 a 2014, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que em conformidade com os Estatutos da empresa exerceram funções até 9 de março de 2015. Por Deliberação Social Unânime de 9 de março de 2015, o Acionista da APA, S.A. procedeu à eleição dos mesmos elementos para os cargos da Mesa da Assembleia Geral.

11.5.2. Conselho de Administração

11.5.2.1. Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do artigo 41.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Atento o artigo 41.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, não foi atribuída aos membros do Conselho de Administração da APA, S.A., qualquer componente variável da remuneração, no ano de 2014.

11.5.2.2. Aplicação das orientações relativas às remunerações, vigentes em 2014

A APA, S.A. deu cumprimento ao estatuído no artigo 12.º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, tendo procedido à redução excecional de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida dos membros do Conselho de Administração.

Mais se informa, que na sequência dos despachos do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações (SEITC), de 7 de junho de 2013, e do Secretário de Estado da Administração Pública (SEAP), de 5 de junho de 2013, a APA, S.A. não aplicou, no ano de 2014, as reduções remuneratórias previstas no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Mandato (Início-Fim) ¹	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma*	Data	Entidade	Pagadora (O/D)
31-03-2008 a 09-03-2015	Presidente	Eng. José Luís de Azevedo Cacho (Eng. José Luís Cacho)	AG	03-12-2008	n.a.	n.a.
	Vogal	Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva (Eng. Rui Paiva)	AG	03-12-2008	n.a.	n.a.
	Vogal	Dr. Luís Manuel Dionísio Marques (Dr. Luís Marques) ²	AG	03-12-2008	n.a.	n.a.

* Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Legendas:

AG - Assembleia-Geral; OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino; n.a. - não aplicável.

Notas:

¹ Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral realizada em 26 de maio de 2011, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que em conformidade com os Estatutos da Empresa o anterior Conselho de Administração exerceu funções até 9 de março de 2015. Por Deliberação Social Unânime por escrito, de 9 de março de 2015, o Acionista da APA, S.A. procedeu à eleição dos novos membros do Conselho de Administração, para o triénio 2015-2017, composto por: Presidente - Eng. João Pedro Tarujo de Almeida Braga da Cruz; Vogais - Dr. Luís Manuel Barbosa Marques Leal; Dr. João Begonha da Silva Borges e Dr. Olinto Henrique Cruz Ravara.

² Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng. José Luís Cacho	n.a.	n.a.	n.a.
Eng. Rui Paiva	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Luís Marques ¹	n.a.	n.a.	n.a.

Legenda:

CA - Conselho de Administração

n.a. - não aplicável.

Nota:

¹ Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Brutos (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Base	Despesas de Representação
Eng. José Luís Cacho	S	B	4.864,34	1.945,74
Eng. Rui Paiva	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr. Luís Marques ¹	S	B	3.891,47	1.556,59

Legenda:

CA - Conselho de Administração

EGP - Estatuto do Gestor Público.

Nota:

¹ Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa*	Outra	Redução			Bruta após reduções remuneratórias
				Lei 12-A/2010	Outras **	Anos Anteriores	
Eng. José Luís Cacho	0,00	91.449,64	0,00	4.572,58	10.992,36	0,00	75.884,70
Eng. Rui Paiva	0,00	73.159,66	0,00	3.657,89	6.385,68	0,00	63.116,09
Dr. Luís Marques ¹	0,00	44.297,92	0,00	2.214,84	3.724,98	0,00	38.358,10

Legenda:

CA - Conselho de Administração

Notas:

* Inclui remuneração e despesas de representação (sem reduções);

** Inclui as reduções remuneratórias previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012.

¹ Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Variável	Fixa*	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
Eng. José Luís Cacho	0,00	91.449,64	91.449,64	15.564,94	75.884,70
Eng. Rui Paiva	0,00	73.159,66	73.159,66	10.043,57	63.116,09
Dr. Luís Marques ¹	0,00	44.297,92	44.297,92	5.939,82	38.358,10

Legenda:

CA - Conselho de Administração

Nota:

* Inclui remuneração e despesas de representação;

¹ Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Sub. Refeição		Regime de Proteção Social		Seguros		Outros	
	Valor/dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor	Saúde	Vida	Identificar	Valor
Eng. José Luís Cacho	7,23	665,16	Seg. Social	8.324,63	303,40	0,00	---	0,00
Eng. Rui Paiva	7,23	1.055,58	Seg. Social	7.160,78	303,40	0,00	---	0,00
Dr. Luís Marques ¹	7,23	759,15	Seg. Social	4.300,27	303,40	0,00	---	0,00

Legenda:

CA - Conselho de Administração

Nota:

¹ Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng. José Luís Cacho	200,00 ¹	1.206,94 ²	2.625,99 ³
Eng. Rui Paiva	100,00 ¹	464,76 ²	54,81 ³
Dr. Luís Marques ⁴	100,00 ¹	389,88 ²	52,10 ³

Legenda:

CA - Conselho de Administração

Nota:

¹ Valor máximo mensal das despesas associadas a comunicações nacionais fixado pelo Conselho de Administração da APA, S.A., conforme previsto no n.º 2 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, em sua reunião de 14 de outubro de 2010. A Assembleia Geral não deliberou, em 2014, sobre a matéria;

² Valor anual gasto em comunicações nacionais;

³ Valor anual gasto em comunicações internacionais;

⁴ Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	Gastos anuais associados a Viaturas (€)								
	Viatura		Celebrado Contrato	Modalidade	Ano		N.º Prestações	Renda	
	Atribuída	Valor			Início	Termo		Mês	Ano
	[S/N]	[€]	[S/N]	[Identificar]					
Eng. José Luís Cacho	S	47.367,70 ^{1:2}	N	---	---	---	---	---	---
Eng. Rui Paiva	S	40.257,58 ^{1:3:4}	N	---	---	---	---	---	---
Dr. Luís Marques ⁶	S	22.990,00 ^{1:4:5}	N	---	---	---	---	---	---

Legenda:

S/N - Sim/Não;

CA - Conselho de Administração

Notas:

¹ Valor de aquisição da viatura;

² Por solicitação do Sr. Eng. José Luís Cacho, a 4 de agosto de 2013, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, suspender a utilização pessoal da viatura;

² Por solicitação do Sr. Eng. Rui Paiva, a 1 de agosto de 2014, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, suspender a utilização pessoal da viatura;

⁴ A atribuição do uso da viatura automóvel foi tributada, conforme estatuído no número 5 do artigo 24.º do Código de Rendimentos de Pessoas Singulares (CIRS);

⁵ Viatura adquirida em 2.ª mão, a 1 de setembro de 2012; e

⁶ Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

Membro do CA	Plafond mensal (€)	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Eng. José Luís Cacho	486,44 ¹	3.604,78	1.550,15	1.712,16	694,08	²
Eng. Rui Paiva	389,15 ¹	2.614,71	1.417,05	4.548,29	504,70	²
Dr. Luís Marques ³	389,15 ¹	1.246,83	636,50	566,85 ⁴	298,20 ⁴	²

Legenda:

CA - Conselho de Administração

Notas:

¹ O *plafond* mensal, de combustíveis e portagens, afeto às viaturas de serviço corresponde a um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação, conforme definido no n.º 3, do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto de retificação pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;

² Foram emitidas faturas aos utilizadores sempre que ultrapassado o *plafond* mensal;

³ Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014;

⁴ Gastos relativos ao período em que a viatura esteve atribuída ao vogal do Conselho de Administração.

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço (1)	Custo com Alojamento (2)	Ajudas de Custo (3)	Outras		Gasto total com Viagens (1+2+3)
				Identificar	Valor	
Eng. José Luís Cacho	1.600,74	5.459,05	3.524,13	---	0,00	10.583,92
Eng. Rui Paiva	317,74	648,56	242,20	---	0,00	1.208,50
Dr. Luís Marques ¹	572,51	484,99	840,42	---	0,00	1.897,92

Legenda:

CA - Conselho de Administração

Nota:

¹ Renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração, a 18 de junho de 2014.

11.5.3. Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete, conforme estabelecido no artigo 15.º dos Estatutos da APA, S.A. aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, com as alterações aprovadas em Assembleia Geral de 31 de março de 2008 (Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro), "a um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas,

que não seja membro daquele órgão, todos eleitos em assembleia-geral por um período de três anos.”

Para além das atribuições constantes da Lei, compete, em especial, aos órgãos de fiscalização as competências atribuídas no artigo 16.º dos Estatutos da APA, S.A. aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro.

11.5.3.1 Conselho Fiscal

Mandato (Início-Fim) ¹	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal)
			Forma (*)	Data	
31-03-2008 a	Presidente	Dr.ª Maria Isabel Louro Caria Alcobia	AG	31-03-2008	1.362,02
	Vogal	Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	AG	31-03-2008	1.021,51
09-03-2015	Vogal	Dr.ª Ana Maria Vicente da Silva Horta	AG	31-03-2008	1.021,51
	Suplente	Dr. Mário José Alvarinho Carrega	AG	31-03-2008	n.a.

Legendas:

AG - Assembleia-Geral; n.a. - não aplicável.

Notas:

* Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

¹ Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2011, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que em conformidade com os Estatutos da Empresa o anterior Conselho Fiscal exerceu funções até 9 de março de 2015. Por Deliberação Social Unânime por escrito, de 9 de março de 2015, o Acionista da APA, S.A. procedeu à eleição dos novos membros do Conselho Fiscal, para o triénio 2015-2017, composto por: Presidente - Dr.ª Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares; Vogais - Dr.ª Rita Maria Góis de Carvalho; Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos; Vogal suplente - Dr Mário José Alveirinho Carrega.

Nome	Remuneração Anual 2014 (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após reduções (3) = (1)+(2)
Dr.ª Maria Isabel Louro Caria Alcobia	19.068,22	3.518,31	15.549,91
Dr.ª Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	14.301,17	2.638,73	11.662,43
Dr.ª Ana Maria Vicente da Silva Horta	14.301,17	2.638,73	11.662,43

11.5.3.1.1. Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2014

Ver informação identificada no ponto 11.5.2.2. supra.

11.5.3.2. Revisor Oficial de Contas

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração (€)		N.º Mandatos Exercidos
		Nome	N.º	Forma	Data	Limite Fixado	Contrato	
*	ROC	PricewaterhouseCoopers (PwC) & Associados, SROC, Lda. ¹	183	AG	12-09-2008	²	18.920 €	2

* Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2011, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que em conformidade com os Estatutos da empresa os Órgãos Sociais encontram-se no exercício das suas funções;

¹ Representada por Dr. José Miguel Dantas Maio Marques ou, em substituição, por Dr. António Joaquim Brochado Correia;

² Remuneração fixada considerando: a) o disposto na ata n.º 1/2009, da Comissão de Fixação de Remunerações da APA, S.A., que estabelece “a prestação de serviços por parte do Revisor Oficial de Contas, bem como a respetiva formalização, correm os seus termos pelo Conselho de Administração, devendo os honorários ser fixados por este órgão social, tendo em conta os preços praticados no mercado”; b) o estipulado no artigo 160.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro (“os revisores oficiais de contas têm o direito a honorários mínimos no exercício da revisão legal das contas de empresas ou entidades, nunca inferiores a 1000 euros anuais, calculados de acordo com a tabela constante do anexo II”); c) que aplicando a tabela referida no artigo supra mencionado, às Demonstrações Financeiras da APA, S.A. relativas ao exercício de 2013, os honorários mínimos ascenderiam ao valor de 16.118 euros; e d) que os honorários, correspondem aos aprovados para o exercício de 2010 deduzidos de 10%, cumprindo assim o estipulado no artigo 22.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (LOE 2011), o artigo 20.º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro (LOE 2012), o artigo 75.º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), o artigo 73.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014).

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3)=(1)-(2)
PwC ¹	18.920,00 ¹	1.892,00	17.028,00 ¹

Nota:

¹ Não inclui despesas de transporte, alojamento e quaisquer outras incorridas no exercício das suas funções, suportadas por esta Administração Portuária.

11.5.3.2.1. Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2014

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, relativos ao ano de 2014, cumprem o estipulado no artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

11.5.3.3. Auditor Externo

A APA, S.A. não dispõe de Auditor Externo, dado ter sido entendimento que a complexidade da Empresa não justifica tal contratação.

11.5.4. Restantes trabalhadores

11.5.4.1. Redução remuneratória aos trabalhadores, em conformidade com o artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

À semelhança do verificado no exercício de 2013, no exercício de 2014 a APA, S.A. não aplicou as orientações relativas às remunerações vigentes em 2014, nomeadamente as medidas de redução remuneratória previstas no artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, por ser entendimento do Conselho de Administração que o estabelecido nos Despachos do SEITC, de 07 de junho de 2013, e do SEAP, de 05 de junho de 2013, se mantêm válidos para o exercício de 2014, com fundamento no previsto no n.º 13 do artigo 33.º da referida Lei e no n.º 12.º do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. Em virtude de não se terem alterado as regras

estabelecidas desde então, tem-se mantido o regime de exceção da aplicação das reduções remuneratórias às administrações portuárias, do qual se tem dado conhecimento ao Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações.

11.5.4.2. Proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

A APA, S.A. não praticou quaisquer atos que substanciassem valorizações remuneratórias aos seus trabalhadores.

11.6. Aplicação do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

11.6.1. À utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa

A APA, S.A. não atribuiu cartões de crédito nem quaisquer outros instrumentos de pagamento aos seus gestores.

11.6.2. O reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal

A APA, S.A. não reembolsa quaisquer despesas de representação pessoal aos seus gestores.

11.7. Contratação Pública

11.7.1. Indicação sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2014

A APA, S.A. e a APFF, S.A., encontram-se vinculadas ao cumprimento das normas de contratação pública constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), relativamente à formação de contratos de empreitada e concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, salvo se o objeto dos mesmos se integrar no âmbito dos denominados sectores especiais, caso em que tal vinculação se verifica apenas para contratos cujo valor seja igual ou superior aos limiares comunitários aplicáveis (Diretiva 2004/17/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março e Regulamento (UE) n.º 1336/2013 da Comissão de 13 de dezembro).

Porém, mesmo nas contratações em que as empresas não se encontrem adstritas ao cumprimento do CCP, é prática de ambas as Administrações Portuárias optarem pela aplicação subsidiária do regime previsto no dito normativo, eventualmente adaptado às especificidades do caso concreto, salvaguardando-se, deste modo, o respeito pelos princípios conformadores da

atividade administrativa, bem como a economia, eficácia e eficiência das contratações efetuadas, mesmo nas áreas de maior flexibilidade contratual.

Para a prossecução de tais desideratos encontram-se implementados na APA, S.A. e na APFF, S.A., procedimentos que asseveram o cumprimento das normas de contratação pública nos termos expostos.

Ressalta-se, desde logo, a existência de minutas das peças procedimentais e outros documentos pré-contratuais, as quais configuram instrumentos de contratação que vertem as principais exigências legais em matéria de contratação. Estas minutas servem de referencial aos diversos colaboradores da APA, S.A. e da APFF, S.A. aquando da formalização de cada procedimento de contratação específico, assegurando o cumprimento das ditas exigências.

De igual guisa, encontra-se implementado um sistema de controlo e verificação prévia de todos os processos de contratação pública submetidos ao Conselho de Administração, em concreto, aqueles que envolvem despesa superior a 5 mil euros, os quais são previamente analisados pela Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional, pelo Gabinete da Estratégia e pelo Gabinete Jurídico, garantindo-se, assim, o adequado enquadramento legal, financeiro, contabilístico e estratégico dos aludidos processos.

A este propósito, não será despidendo destacar o documento pré-contratual denominado "Proposta de Autorização", no qual se evidencia o supra referido procedimento de controlo prévio, a justificação da necessidade de contratar, bem como os principais aspetos da contratação proposta e referentes tanto à fase de formação como de execução do contrato. Este instrumento documental permite ao Conselho de Administração de ambas as Administrações Portuárias, não só assegurar-se do cumprimento dos procedimentos de controlo interno instituídos na empresa, como deliberar de forma suficientemente fundamentada cada um dos processos de contratação que lhe são postos à consideração.

No que concerne aos processos aquisitivos de bens e serviços que envolvem despesa de valor igual ou inferior a 5 mil euros, e na esteira do propugnado nos artigos 128.º e 129.º do CCP, são os mesmos submetidos a um regime simplificado de contratação, o qual consiste na respetiva formalização no sistema informático de gestão integrada administrativa e financeira em uso na empresa, através do qual são submetidos a autorização do Administrador com competência na matéria.

Realça-se, porém, que mesmo relativamente a estas aquisições de reduzida expressão financeira, o procedimento interno de autorização de despesa, tal qual se encontra instituído, garante o funcionamento de um sistema de controlo prévio rigoroso, transparente e eficaz, porquanto, uma vez detetada a necessidade de aquisição, a correspondente despesa só é

assumida pela APA, S.A. e pela APFF, S.A. depois de devidamente justificada e autorizada ou pela Direção Financeira e de Desenvolvimento Organizacional (no caso de despesas inferiores a 500 euros) ou por um Administrador (no caso de despesas superiores a 5 mil euros). Ademais, sempre que exista desvio entre o montante faturado e o montante autorizado, a despesa só é assumida pelas mencionadas Administrações Portuárias depois de submetida a novo processo de autorização no âmbito do qual seja devidamente justificado o referido desvio.

Faz-se notar, ainda, que a APA, S.A. e a APFF, S.A., dão integral cumprimento às obrigações de publicitação e transparência previstas em diversas normas do CCP.

Sublinhe-se a este propósito, que todos os ajustes diretos são publicitados no portal dos contratos públicos, em cumprimento da obrigação ínsita no artigo 127.º do CCP.

De igual modo, são preenchidos no identificado portal, os relatórios de formação e de execução dos contratos públicos celebrados pelas aludidas Administrações Portuárias, bem como, no caso particular das empreitadas de obras públicas, os respetivos relatórios de contratação e de final de obra, tudo conforme propugnado nos artigos 465.º, 108.º e 402.º do normativo em referência.

Ainda na senda do cumprimento das obrigações de publicidade e transparência dos seus procedimentos de contratação pública, impõe-se ressaltar que a APA, S.A. e a APFF, S.A., asseguram a comunicação de dados à Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), e ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (InCI), nos termos previstos no artigo 472.º do CCP e em conformidade com as diretrizes que para o efeito recebe de tais organismos.

11.7.2. Indicação da existência de procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se o mesmo é objeto de revisão periódica, com referência à última atualização

Ver informação identificada no ponto 11.7.1. supra.

11.7.3. Indicação de quais os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5.000 mil euros, independentemente da espécie do ato ou contrato, em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

No ano de 2014 a APA, S.A. não celebrou contratos com valor superior a 5.000 mil euros.

11.8. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

Em 10 de agosto de 2010, a APA, S.A., na qualidade de entidade aderente voluntária, outorgou com a ex-ANCP, E.P.E., atualmente ESPAP, I.P., o contrato de adesão ao SNCP, passando todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços superiores a 5 mil euros, a ser precedidos de consulta ao Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP), de molde a aquilatar da existência de acordo quadro para a contratação em causa.

Assim, no ano de 2014, a APA, S.A. contratou os serviços de vigilância e segurança humana na área de jurisdição da APA, S.A. e plataforma de CACIA e o fornecimento de energia elétrica em média tensão e baixa tensão especial através do acordo quadro (AQ) da ESPAP, I.P., disponível para o efeito.

11.9. Medidas tomadas no âmbito da frota automóvel relativamente às orientações previstas no n.º 4 do artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, complementadas com os Despachos n.º 1182/13-SET, de 12 de junho (comunicado através de Ofício Circular n.º 4238, de 1 de julho) e Despacho n.º 1668/13-SET, de 6 de setembro (comunicado através de Ofício Circular n.º 7408, de 2 de dezembro)

No que concerne à frota automóvel da APA, S.A., ressalta-se que apesar do crescimento significativo da atividade portuária desta Administração Portuária (+13,15%, face a 2013, e +35,47%, face a 2012) e da sua participada (+1,02%, face a 2013 e +19,81%, face a 2012), ter originado frequentes roturas na disponibilidade de viaturas de serviço não foram adquiridos veículos em 2014. O atual volume de atividade aconselha, mesmo, a um aumento dos equipamentos de transporte, o que deverá ser reavaliado em 2015.

Importa ainda referir, que desde 2008 a APA, S.A. dispõe apenas de 31 viaturas.

Assim, atento o presente contexto de restrição orçamental, a APA, S.A., mitigou, de forma equilibrada, eficiente e racional, as mencionadas necessidades de serviço, tendo reduzido em 4 mil euros, face a 2013, os gastos associados à frota automóvel.

11.10. Quantificar o impacto das medidas de redução de gastos operacionais vigentes em 2014, justificando o eventual não cumprimento das orientações e objetivos definidos. Atente-se que, no caso das empresas com EBITDA positivo, a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios é aferida face ao exercício anterior

11.10.1. Plano de Redução de Custos

Esta Administração Portuária, com um EBITDA positivo, não reduziu em 2014 o peso dos encargos suportados com os gastos operacionais (Fornecimentos e Serviços Externos + Gastos com o Pessoal) no volume de negócios (vide quadro seguinte), face a 2013. Esta situação encontra-se prevista no Plano de Atividades e Orçamento, para o triénio 2014-2016, aprovado em reunião de Assembleia Geral de 2 de junho de 2014.

Tal incumprimento decorreu da realização de uma dragagem de manutenção, no montante de 2.468 mil euros, que integra um plano de intervenções, a realizar entre 2014 e 2016, o qual corresponde a um esforço financeiro para recuperação de 8 anos de dragagens operacionais que, em condições normais de acessibilidade marítima, teriam sido realizadas em cada um dos exercícios económicos. Este gasto anormal influenciou negativamente o objetivo de redução do referido plano de redução de custos, face a 2013.

Ressalta-se ainda, que excluindo os gastos com a dragagem realizada no ano de 2014, esta Administração Portuária reduz, em 1,57%, o peso dos gastos operacionais no volume de negócios, face a 2013.

Valores em euros

	Reexp. 2010	Reexp. 2011	Reexp. 2012	2013	2014	Δ Abosl. 2014/2013	Var. %	Δ Abosl. 2014/2010	Var. %
EBITDA	9.683.707	9.170.378	10.245.558	9.338.023	11.337.813	1.999.790	21%	1.654.106	17%
(1) CMVMC	0	0	0	0	0	0	0%	0	0%
(2) FSE	3.575.318	1.969.731	1.854.787	1.984.891	4.484.276	2.499.385	126%	908.958	25%
Dragagens	1.048.183	0	0	0	2.467.720	2.467.720	100%	1.419.537	135%
Deslocações/Estadas	45.284	22.899	21.354	17.415	16.312	-1.102	-6%	-28.972	-64%
Comunicações	96.147	74.034	69.565	69.206	67.462	-1.743	-3%	-28.685	-30%
(3) Gastos com o Pessoal	5.074.327	4.381.001	4.562.981	4.798.937	4.688.858	-110.079	-2%	-385.469	-8%
(3.1.) dos quais indemnizações	32.601	0	279.349	0	0	0	0%	-32.601	0%
Ajudas de Custo	22.574	13.420	18.423	9.208	9.400	192	2%	-13.175	-58%
(4) Gastos Totais = (1)+(2)+(3)-(3.1)	8.617.044	6.350.732	6.138.419	6.783.828	9.173.134	2.389.306	35%	556.090	6%
(5) Volume de Negócios ¹	15.197.358	14.260.343	14.258.039	14.946.654	15.304.043	357.389	2%	106.686	1%
Peso dos Gastos / VN (4)/(5)	56,70%	44,53%	43,05%	45,39%	59,94%	14,55%	32%	3,24%	6%
Peso dos Gastos (s/ dragagens) / VN	50,02%	44,53%	45,01%	45,39%	43,81%	-1,57%	-3%	-6,20%	-12%
Número de RH	n.a	110	108	103	96	-7	-7%	n.a	n.a
N.º Efetivos	n.a	110	108	103	96	-7	-7%	n.a	n.a
N.º Cargos de Direção	n.a	18	18	17	19	2	12%	n.a	n.a
N.º de Efetivos / Cargos de Direção	n.a	6	6	6	5	-1	-17%	n.a	n.a
Viaturas	n.a	n.a	n.a	31	31	0	0%	n.a	n.a
N.º de viaturas	n.a	n.a	n.a	31	31	0	0%	n.a	n.a
Gastos com viaturas	n.a	n.a	n.a	112.925	109.346	-3.579	-3%	n.a	n.a

¹ Inclui o valor registado na rubrica de vendas e prestações de serviços, acrescido de outros rendimentos registados na rubrica "Outros rendimentos", tais como rendimentos de ocupações, rendimentos de concessões, vendas de inertes e fornecimentos diversos a navios.

11.10.2. Medidas no âmbito da redução dos gastos com comunicações

Durante o ano 2014, a APA, S.A. reduziu, face a 2013, os gastos com comunicações, cumprindo, portanto, o estipulado no número 3 do artigo 61.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Não obstante, importa referir que a subrubrica de comunicações inclui, maioritariamente, gastos decorrentes dos sistemas de segurança e navegabilidade do porto, tais como, Janela Única Portuária (JUP), Plano de Proteção do porto, Plano de Emergência Interno e Pilotagem que, por motivos legais e regulamentares, devem estar ativados 24h/7 dias por semana.

11.10.3. Medidas no âmbito da redução das ajudas de custo e deslocações

Em 2014, a APA, S.A. reduziu, face a 2013, os gastos com deslocações, cumprindo, portanto, o estipulado no artigo 3º do artigo 61.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro.

A orgânica desta Administração Portuária, que assume a gestão partilhada da APFF, S.A., obriga a deslocações constantes dos seus colaboradores ao porto da Figueira da Foz. Durante o ano 2014, a APA, S.A. excedeu em 192 euros os gastos com ajudas de custo registados em 2013, não cumprindo portanto o estipulado no artigo 3.º do artigo 61º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro.

11.10.4. Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

A APA, S.A. realizou em 1 de setembro de 2009, uma reestruturação do seu modelo organizacional passando a incorporar, com efeitos a 1 de janeiro de 2009, também a APFF, S.A.. Neste sentido, foram reduzidas e/ou não ocupadas 6 chefias no total de ambas as empresas (diminuição de 29%), passando várias chefias da APA, S.A. a exercer iguais funções na APFF, S.A., em regime de acumulação.

De referir que em novembro de 2012, a APA, S.A. iniciou um processo de incentivo à rescisão contratual ou aposentação voluntária, que culminou na saída de 5 colaboradores. Estima-se que as saídas decorrentes deste processo, se implementado o novo modelo de operação portuária, não careçam de substituição, configurando, portanto, oportunidades de reestruturação orgânica e tecnológica que poderá implicar novas contratações em áreas deficitárias.

11.11. Cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 123.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro

Em cumprimento do artigo 123.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, informamos que esta Administração Portuária efetua a movimentação dos seus fundos por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, E.P.E. (IGCP, E.P.E.).

Contudo têm-se defrontado com algumas dificuldades, decorrentes do facto de o IGCP, E.P.E. não disponibilizar a totalidade das soluções operacionais e de financiamento.

Assim, em abril de 2013, solicitou esta Administração Portuária parecer junto do IGCP, E.P.E., para que fossem mantidos parte dos excedentes de tesouraria (cerca de 30%) na banca comercial - os quais configuram depósitos à ordem - com o objetivo de promover uma gestão financeira com garantia de financiamento. A 19 de dezembro de 2013, autorizou SE a Secretária de Estado do Tesouro, através do despacho n.º 2405/12-SET, “a exceção do cumprimento do pedido de Unidade de Tesouraria, nos termos do pedido da APA, atenta a relevância da banca comercial na atividade da empresa.” Refira-se ainda que, a 14 de janeiro de 2014, e por forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 4 do artigo 123.º da Lei n.º 83-C/2013, foi efetuado pedido análogo, o qual não obteve resposta.

A 31 de dezembro de 2014, 78% das disponibilidades da APA, S.A. estavam depositadas no IGCP, E.P.E..

11.12. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, bem como das medidas tomadas para a sua adoção e o respetivo resultado

No ano de 2014, esta Administração Portuária não foi auditada pelo Tribunal de Contas.

11.13. Quadro relativo à informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2014 no sítio do Setor Empresarial do Estado (SEE)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S		
Caracterização da Empresa	S		
Função de tutela e acionista	S		
Modelo de Governo /Membros dos Órgãos Sociais	S		
- Identificação dos Órgãos Sociais	S		
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	13-04-2015	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S		
Esforço Financeiro Público	S		
Ficha Síntese	S		

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Informação Financeira histórica e atual	S		
Princípios de Bom Governo	S		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S		
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S		
- Outras transações	S		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	13-04-2015	
- Económico	S		
- Social	S		
- Ambiental	S		
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S		
- Código de Ética	S		

Legenda:

S-Sim; N-Não; NA-Não aplicável

12. Práticas de Boa Governação Societária

No quadro abaixo são identificadas as práticas de Boa Governação Societária, divulgadas no Relatório de Governo Societário 2014 da APA, S.A..

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página(s)	Observações
		S	N	S	N		
I	Missão, Objetivos e Políticas						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa	X		X			
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		5-8	
3.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa	X		X			
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais	X		X			
II	Estrutura de Capital						
1.	Estrutura de capital	X		X			
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X		X		8	
3.	Acordos parassociais	n.a.		X			
III	Participações Sociais e Obrigações detidas						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos	X		X			
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	X		X		8-10	
3.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X			
4.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	n.a.		X			
IV	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Mesa da Assembleia Geral						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração	X		X		10	
2.	Identificação das deliberações acionistas	X		X			
B.	Administração e Supervisão						
1.	Modelo de governo adotado	X		X			
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros	X		X			
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos	X		X		10-21	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS	X		X			
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do CA	X		X			

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página(s)	Observações
		S	N	S	N		
6.	Apresentação de declaração de cada um dos elementos do órgão de administração, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa	n.a.		X			
7.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto	X		X		10-21	
8.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais	X		X			
9.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo	X		X			
C. Fiscalização							
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes	X		X		21-25	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X			
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros	X		X			
4.	Funcionamento da fiscalização	X		X			
D. Revisor Oficial de Contas							
1.	Identificação do ROC, SROC	X		X			
2.	Indicação das limitações, legais	X		X			
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo	X		X		26	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade	n.a.		X			
E. Auditor Externo							
1.	Identificação	n.a.		X			
2.	Política e periodicidade da rotação	n.a.		X			
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados	n.a.		X		27	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga	n.a.		X			
V. Organização Interna							
A. Estatutos e Comunicações							
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X		X			
2.	Comunicação de irregularidades	X		X		27-28	
3.	Indicação das políticas antifraude	X		X			
B. Controlo interno e gestão de riscos							
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI)	X		X			
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI	X		X			
3.	Principais medidas adotadas na política de risco	X		X		29-34	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional	X		X			

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página(s)	Observações
		S	N	S	N		
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	X		X			
6.	Identificação principais tipos de riscos	X		X			
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		X		29-34	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade	X		X			
C. Regulamentos e Códigos							
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos	X		X			
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética	X		X		34-39	
3.	Existência de Planos de Ação para prevenir fraudes	X		X			
D. Deveres especiais de informação							
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação	X		X		40	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência	X		X			
E. Sítio da Internet							
1.	Indicação do(s) endereço(s) utilizados na divulgação dos elementos sobre a empresa	X		X		40-41	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral							
		n.a.		X		41	
VI Remunerações							
A. Competência para a Determinação							
		X		X		42	
B. Comissão de Fixação de Remunerações							
		X		X		42	
C. Estrutura das Remunerações							
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X			
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada	X		X			
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição	n.a.		X		43-44	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável	n.a.		X			
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio	n.a.		X			
6.	Regimes complementares de pensões	n.a.		X			
D. Divulgação das Remunerações							
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida	X		X			
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo	n.a.		X			
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios	n.a.		X			
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos	n.a.		X		45-46	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade	X		X			
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral	X		X			
VII Transações com partes Relacionadas e Outras							
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas	X		X		46-47	
2.	Informação sobre outras transações	X		X			

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página(s)	Observações
		S	N	S	N		
VIII	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X		X			
2.	Políticas prosseguidas	X		X		48-55	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	X		X			
IX	Avaliação do Governo Societário						
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X			
2.	Outras informações	n.a.		X		55	

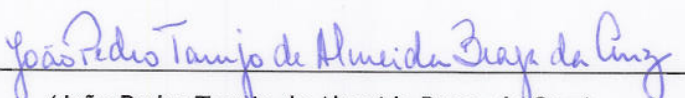
n.a. - não aplicável.

13. Nota Final

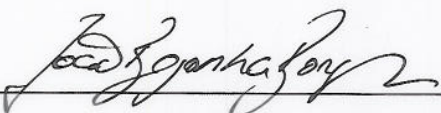
Como nota final, o Conselho de Administração da APA, S.A., agradece a todos os trabalhadores e colaboradores da empresa, à comunidade portuária e aos clientes, o seu constante empenho, o qual permitiu que 2014 fosse mais um ano de crescimento da carga movimentada neste porto.

Forte da Barra, 13 de maio de 2015


O Conselho de Administração,



(João Pedro Tarujo de Almeida Braga da Cruz)



(João Begonha da Silva Borges)



(Olinto Henrique Cruz Ravara)



(Luís Manuel Barbosa Marques Leal)

APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais

31 de dezembro de 2014

Índice das Demonstrações financeiras

Balanço Individual	3
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio	5
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa	6
1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	10
4 FLUXOS DE CAIXA	24
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	25
6 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	29
7 ATIVOS INTANGÍVEIS	30
8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	32
9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS	35
10 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	36
11 CLIENTES.....	37
12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	38
13 OUTRAS CONTAS A RECEBER	39
14 DIFERIMENTOS	40
15 CAPITAL.....	41
16 RESERVAS	42
17 AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS E OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	43
18 PROVISÕES	45
19 FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	46
20 OUTRAS CONTAS A PAGAR	48
21 FORNECEDORES.....	49
22 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	50
23 SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO.....	50
24 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	51
25 GASTOS COM O PESSOAL	52
26 OUTROS GASTOS E PERDAS	53
27 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	54
28 GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	55
29 IMPOSTO DO EXERCÍCIO.....	56
30 COMPROMISSOS	58
31 MATÉRIAS AMBIENTAIS.....	59
32 PARTES RELACIONADAS	59
33 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	60
34 EVENTOS SUBSEQUENTES.....	61

Balanço Individual

	Nota	31 de dezembro	
		2014	2013
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	301.843.842	307.109.262
Propriedades de investimento	6	4.106.082	4.107.155
Ativos intangíveis	7	38.677.315	40.960.380
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	8	13.628.266	13.309.402
Participações financeiras - outros métodos	9	22.500	22.500
Ativos por impostos diferidos	10	-	13.526
		358.278.006	365.522.225
Corrente			
Clientes	11	5.256.537	3.564.911
Estado e outros entes públicos	12	41.184	486.122
Outras contas a receber	13	1.289.981	117.598
Diferimentos	14	180.334	200.546
Caixa e depósitos bancários	4	19.010.273	14.513.518
		25.778.308	18.882.695
Total do Ativo		384.056.314	384.404.920
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	15	30.000.000	30.000.000
Reservas legais	16	848.100	794.556
Outras reservas	16	192.816.506	192.218.685
Resultados transitados		(7.649.296)	(7.533.378)
Ajustamentos em Ativos financeiros	17	13.944.680	13.938.841
Outras variações no capital próprio	17	73.236.767	71.916.609
		303.196.757	301.335.314
Resultado líquido do exercício		3.079.323	535.447
Total do capital próprio		306.276.080	301.870.760
Passivo			
Não corrente			
Provisões	18	433.014	238.928
Financiamentos obtidos	19	17.180.453	18.634.087
Passivos por impostos diferidos	10	1.107.428	1.080.230
Diferimentos	14	30.649.044	33.734.923
Outras contas a pagar	20	20.145.522	21.969.251
		69.515.461	75.657.420
Corrente			
Fornecedores	21	1.777.639	206.534
Estado e outros entes públicos	12	256.994	248.765
Financiamento obtidos	19	1.453.632	1.453.632
Outras contas a pagar	20	1.690.630	1.878.255
Diferimentos	14	3.085.879	3.089.554
		8.264.774	6.876.740
Total do passivo		77.780.235	82.534.160
Total do capital próprio e do passivo		384.056.314	384.404.920

O Técnico Oficial de Contas

Diogo Antunes

O Conselho de Administração

João Pedro Braga da Cruz
António Barba
António Raveira

As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras.

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

	Nota	Exercício	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	22	4.297.098	4.520.528
Subsídios à exploração	23	618.704	46.301
Ganhos/ perdas imputados de <i>subsidiárias</i> , associadas e empreendimentos conjuntos	8	185.721	(1.360.950)
Fornecimentos e serviços externos	24	(4.484.276)	(1.984.891)
Gastos com o pessoal	25	(4.688.858)	(4.798.937)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11	2.899.622	199.542
Provisões (aumentos / reduções)	18	(296.993)	-
Outros rendimentos e ganhos	27	13.294.493	13.630.065
Outros gastos e perdas	26	(487.698)	(913.634)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11.337.813	9.338.023
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	5 e 7	(8.252.903)	(8.154.828)
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	5	-	(673.118)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.084.910	510.077
Juros e rendimentos similares obtidos	28	178.685	157.133
Juros e gastos similares suportados	28	(109.861)	(111.624)
Resultados antes de impostos		3.153.734	555.587
Imposto sobre o rendimento do período	29	(74.411)	(20.140)
Resultado líquido do exercício		3.079.323	535.447
Resultado das atividades descontinuadas incluído no resultado líquido do período		-	-
Resultado por Ação:			
- básico		0,51	0,09
n.º ações		6.000.000	6.000.000

O Técnico Oficial de Contas

David da Antunes

O Conselho de Administração

João Pedro Braga da Cruz
António Davaco

As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras.

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total
A 31 de dezembro de 2012	30.000.000	413.850	191.676.267	(9.601.558)	66.638.600	16.777.978	732.232	296.637.370
Movimentos no período								
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	4.592.677	-	-	4.592.677
Ajustamentos em subsídios	-	-	-	-	627.685	-	-	627.685
Outras alterações reconhecidas nos capitais próprios	-	-	(43.949)	(72.126)	57.647	(463.990)	-	(522.418)
Aplicação do resultado líquido de 2012	-	380.705	586.367	2.140.307	-	(2.375.147)	(732.232)	-
	-	380.705	542.419	2.068.181	5.278.009	(2.839.137)	(732.232)	4.697.944
Resultado líquido do exercício							535.447	535.447
Resultado integral							5.233.391	5.233.391
A 31 de dezembro de 2013	30.000.000	794.556	192.218.685	(7.533.378)	71.916.609	13.938.841	535.447	301.870.760
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	(676.761)	-	-	(676.761)
Ajustamentos em subsídios	-	-	-	-	1.996.919	-	-	1.996.919
Outras alterações reconhecidas nos capitais próprios	-	-	-	-	-	5.838	-	5.838
Aplicação do resultado líquido de 2013	-	53.545	597.821	(115.919)	-	-	(535.447)	-
	-	53.545	597.821	(115.919)	1.320.158	5.838	(535.447)	1.325.996
Resultado líquido do exercício							3.079.323	3.079.323
Resultado integral							4.405.319	4.405.319
A 31 de dezembro de 2014	30.000.000	848.100	192.816.506	(7.649.296)	73.236.767	13.944.680	3.079.323	306.276.080

O Técnico Oficial de Contas

David da Costa Pereira

O Conselho de Administração

João Pedro Braga da Cruz

As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras existentes supra.

Alfonso Sousa
Alfonso Sousa
Alfonso Sousa

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

	Nota	Exercício findo em 31 de dezembro	
		2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		14.843.428	13.361.262
Pagamentos a fornecedores		(3.179.017)	(2.677.958)
Pagamentos ao pessoal		(4.908.180)	(4.721.461)
Caixa gerada pelas operações		6.756.231	5.961.843
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		208.429	(300.535)
Outros recebimentos/ pagamentos		266.306	(251.281)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		7.230.966	5.410.027
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1.644.433)	(12.920.688)
Ativos intangíveis		(17.183)	(9.643)
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	718
Subsídios ao investimento		400.905	6.512.916
Juros e rendimentos similares		91.068	74.623
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(1.169.644)	(6.342.075)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	19	(1.453.634)	(1.453.634)
Juros e gastos e similares	18 e 20	(110.933)	(116.729)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(1.564.567)	(1.570.363)
Variação de caixa e seus equivalentes		4.496.755	(2.502.412)
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		14.513.518	17.015.929
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	19.010.273	14.513.518

O Técnico Oficial de Contas

David da Silva

O Conselho de Administração

João Pedro Braga da Cruz
João Pedro Braga da Cruz
Carla Pereira - 4

As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras.

António Davara

Anexo às Demonstrações financeiras individuais

1 Introdução

A APA - Administração do Porto de Aveiro S.A. (doravante designada de “Empresa” ou por “APA, S.A.”), foi constituída pelo Decreto-Lei nº 339/98, de 3 de novembro, sendo uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos. A partir dessa data, a Empresa passou a reger-se pelo referido Diploma e pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objeto da Empresa. A atuação da Empresa, no uso dos poderes de autoridade referidos naquele diploma, rege-se por normas de direito público.

A Empresa foi inicialmente constituída com um capital social de €7.292 milhares, tendo subsequentemente sido aumentado para €30.000 milhares.

A Empresa sucedeu automática e globalmente à Junta Autónoma do Porto de Aveiro, e continuou a personalidade jurídica desta, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação.

Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afeto à Empresa, os terrenos do domínio público marítimo situados dentro da área de jurisdição da Junta Autónoma do Porto de Aveiro e ainda os bens afetos à atividade de pesca, serviços de primeira venda e atividades conexas.

Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afetos à atividade da Empresa, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, embora não para dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

A Empresa assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do Porto de Aveiro nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda a atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias. Assim, são competências da Empresa:

- a) atribuição de usos privativos e definição de respetivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;

- b) licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- c) expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- e) proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- f) uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização; e
- g) assunção da responsabilidade em matéria de segurança marítima e portuária na sua área de jurisdição, definindo as condições de segurança e de funcionamento do porto, em todas as suas vertentes, tendo em atenção a necessidade de garantir, de forma adequada, a sua exploração comercial.

Na sua área de jurisdição, só a Empresa pode conceder licenças para execução de obras diretamente relacionadas com a sua atividade e cobrar taxas inerentes às mesmas.

As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição da Empresa, incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respetiva Direção Regional do Ambiente.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de maio de 2015. É opinião do Conselho de Administração que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da APA, S.A., bem como a sua posição e performance financeira, as alterações nos capitais próprios e fluxos de caixa.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Base de Preparação

Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2014.

Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomado por base o princípio do custo histórico, exceto quanto aos ativos integrados à data de constituição da Empresa, os quais se encontram registados com base numa avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente.

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as Demonstrações Financeiras são apresentadas na Nota 3.21.

2.2 Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Conversão Cambial

Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo, são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.2 Participações Financeiras em Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

Investimentos em subsidiárias são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial. Segundo este método, as Demonstrações Financeiras incluem a quota-parte da empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo começa até à data em que efetivamente termina. Ganhos ou perdas não realizados em transações entre a Empresa e as suas subsidiárias são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas participadas são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela da Empresa nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*, o qual, deduzido de perdas acumuladas de imparidade, está considerado no valor inscrito como investimento da Empresa em subsidiárias e Associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária ou associada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Quando a quota-parte das perdas de uma subsidiária excede o investimento na subsidiária, a empresa reconhece perdas adicionais no futuro, se a empresa tiver incorrido em obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da subsidiária.

As entidades que se qualificam como subsidiárias encontram-se listadas na Nota 8.

3.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis (incluindo os bens de domínio público), integrados à data de constituição da Empresa, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 1998, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os encargos correntes com a manutenção e reparação são registados como custo no exercício em que decorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou dos quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são incluídos no custo do ativo.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao valor da avaliação e/ou custo de aquisição, líquido das respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis objeto de avaliação patrimonial são calculadas pelo método de quotas constantes, tendo em consideração o período de vida útil esperada atribuída na referida avaliação independente.

Para os bens adquiridos após a constituição da Empresa, a depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento, de acordo com as taxas dentro dos intervalos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (infraestruturas portuárias) ou no Decreto Regulamentar nº 25/09, de 14 de setembro (restantes bens), as quais se considera refletirem a vida útil esperada dos bens.

Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 40 e 100 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 15 anos
Equipamento de transporte	Entre 3 e 4 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. Tendo em consideração as atividades desenvolvidas pela Empresa, e as suas atribuições referidas na Nota Introdutória, o valor recuperável é determinado como o valor de uso dos ativos, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado dos ativos afetos às atividades desenvolvidas pela Empresa.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas na demonstração dos resultados.

3.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao custo depreciado na data da transição para as NCRF, o qual é aplicado a todos os ativos classificados como propriedades de investimento.

De acordo com a NCRF 11 - Propriedades de investimento, e no particular do critério de valorização de acordo com o modelo do custo depreciado, é requerida a divulgação do justo valor das propriedades de investimento nas Demonstrações Financeiras.

O justo valor é determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores externos tendo em conta as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se encontre arrendado ou não.

3.5 Ativos Intangíveis

O custo de aquisição de *software* e correspondentes licenças é capitalizado, compreendendo todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do *software* disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (3 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção do *software* são reconhecidos como gastos quando incorridos.

Os ativos dos concessionários de uso privativo que, no final do período contratual, reverterem gratuitamente para a APA, S.A., são registados de acordo com a política acordada entre as Administrações Portuárias, detalhada na Nota 3.6.

3.6 Ativos Adquiridos ou Construídos por Concessionários de Serviços Públicos e de Uso Privativo, que Revertam para a Administração Portuária no Final dos Respetivos Contratos

Em 16 de março de 2012 as Administrações Portuárias, em Portugal, acordaram a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A decisão teve em consideração o parecer da CNC (Comissão de Normalização Contabilística) datado de 3 de janeiro de 2012, a ponderação entre o custo e o benefício e a adoção de critérios objetivos na preparação das Demonstrações Financeiras. Procurou-se a minimização de custos na identificação de ativos, na sua mensuração inicial e subsequente e objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as Administrações Portuárias.

A política contabilística adotada é a descrita nos parágrafos abaixo.

(i) Reconhecimento

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, é incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias, as quais são incorporadas no ativo tangível da concedente. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo intangível é reconhecido na conta 445 - Concessões - Bens a reverter (esta conta é subdividida em 4451 - Concessões - Bens a reverter em contratos de serviço público e 4452 - Concessões - Bens a reverter em contratos de usos privativos) por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

O ativo é amortizado/depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos são reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão. As quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do ativo intangível e o rendimento do período, incluídas nos resultados líquidos anuais, são transferidas, no período imediatamente seguinte, para a conta 553 - Reservas não distribuíveis - Concessões.

No momento do exercício contratual da reversão, há lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 - Concessões - Bens a reverter. O ativo tangível é depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 - Reservas não distribuíveis - Concessões é transferido para a conta 595 - Outras variações no capital próprio - Concessões.

(ii) Mensuração

A mensuração inicial é realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário é obtido com base em informação contabilística fornecida pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão são incorporados nos períodos da sua realização.

Procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da

realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

Eventuais prorrogações da vida do contrato de concessão se implicarem prorrogação do prazo de reversão gratuita do ativo, serão tratadas como alterações de estimativas contabilísticas nos termos da normalização contabilística em vigor.

Sempre que um contrato de concessão incluir condição que implique o pagamento pela administração portuária de montante relativo à reverão de bens, essa condição dará lugar ao reconhecimento de passivo pela parte relativa à obrigação. Mantem-se os restantes registos contabilísticos de reconhecimento do ativo, sendo a rubrica de rendimentos a reconhecer creditada pela diferença entre o montante dos ativos e dos passivos (obrigação contratual) reconhecidos.

Sempre que se verifique a venda de equipamento ao concessionário considera-se para efeitos de registo a data em que a Administração Portuária adquiriu ou construiu o bem. Esta data é a considerada para início de contagem da vida económica esperada. A vida económica esperada poderá ser aumentada pelas grandes reparações ou melhorias entretanto realizadas.

(iii) Divulgação em anexo

Dever-se-ão proceder às divulgações aplicáveis (ver parágrafos 117 a 119 da NCRF 6), com especial ênfase para:

- Descrição dos bens, contratos e direitos de reversão envolvidos;
- Os critérios de reconhecimento;
- Os critérios de mensuração inicial e subsequente;
- As vidas úteis e respetiva amortização/depreciação; e
- As quantias brutas, amortizações/depreciações acumuladas.

(iv) Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não

reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

Não se reconheceram os ativos cuja vida útil económica estimada é inferior ao período do contrato de concessão, bem quando a existência de risco tecnológico põe em causa, de forma relevante, a atribuição de valor no final do contrato de concessão.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 432 - Edifícios e outras construções por contrapartida de 78 - Outros Rendimentos e Ganhos.

3.7 Imparidade de Ativos

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto do valor pelo qual se encontram escriturados não ser totalmente recuperável.

Tendo em consideração a natureza das atividades desenvolvidas pela Empresa, com a natureza de serviço público, o valor recuperável dos ativos sujeitos a teste de imparidade corresponde ao seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). Uma perda por imparidade é reconhecida nas Demonstrações Financeiras pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.8 Clientes e Outras Contas a Receber

As rubricas de Clientes e Outras Contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Ajustamento de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.9 Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, assim como os descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11 Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12 Imposto Sobre o Rendimento

A partir do exercício de 2009, inclusive, a Empresa passou a estar sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS) previsto no artigo n.º 69.º e seguintes do Código do IRC, sendo o grupo de tributação constituído pela Empresa e pela sua subsidiária APFF, S.A.. As empresas que se englobam no perímetro do grupo de sociedades sujeitas a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. Caso sejam apurados

ganhos na aplicação deste regime, estes são registados, na sua totalidade, como um rendimento da Empresa.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas Demonstrações Financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.14 Subsídios e Apoios do Governo

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes apenas quando existir segurança que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.15 Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.16 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.17 Matérias Ambientais

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à

minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Empresa, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa.

Em relação aos encargos de carácter ambiental a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados.

3.18 Benefícios dos Empregados

A Empresa reconhece em gastos os benefícios a curto prazo para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo, após a dedução da quantia já paga, ou de um ativo, na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

Obrigações com férias, subsídio de férias e subsídio de Natal:

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente os colaboradores têm anualmente direito a um mês de subsídio de Natal, direito esse adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de novembro de cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu respetivo pagamento.

3.19 Ativos e Passivos Contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas Demonstrações Financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas Demonstrações Financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do período em que a alteração ocorra.

3.20 Acontecimentos Após a Data de Balanço

As Demonstrações Financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 13 de maio de 2015, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das Demonstrações Financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 34.

3.21 Principais Estimativas e Julgamentos Apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas Demonstrações Financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direção, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

(i) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

(ii) Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

(iii) Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

(iv) **Impostos Sobre os Lucros**

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

4 Fluxos de Caixa

4.1 Caixa e seus Equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, caixa e equivalentes de caixa não disponíveis para uso.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Numerário		
- Caixa	2.633	2.655
	<u>2.633</u>	<u>2.655</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	7.943.353	8.500.965
- Depósitos a prazo	11.000.000	6.000.000
- Outros depósitos	64.287	9.897
	<u>19.007.640</u>	<u>14.510.862</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	<u><u>19.010.273</u></u>	<u><u>14.513.518</u></u>
Equivalentes de caixa (passivo)	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2014, a totalidade dos excedentes de tesouraria da empresa, estavam aplicados em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), com maturidade em 16 de junho de 2015. Os mesmos são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa como um equivalente de caixa pelo facto de poderem ser desmobilizados a qualquer momento.

Os outros recebimentos / pagamentos incluídos nos fluxos de caixa das atividades operacionais referem-se, fundamentalmente, a reembolsos de Imposto sobre o Valor Acrescentado, recebimento de subsídios à exploração e outros recebimentos e pagamentos não enquadráveis na atividade operacional.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as linhas de crédito autorizadas mas não utilizadas ascendem a €8.250.000 (2013: €8.250.000)

5 Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros	Ativos em curso	Total
31 de dezembro de 2012								
Custo de aquisição	71.943.244	270.978.187	7.728.885	639.998	894.089	1.529.339	13.679.710	367.393.451
Depreciações acumuladas	-	(57.468.183)	(7.451.156)	(619.398)	(763.139)	(1.455.221)	-	(67.757.097)
Imparidade Acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	71.943.244	213.510.004	277.729	20.600	130.950	74.118	13.679.710	299.636.354
Movimentos no exercício:								
Adições	-	17.427	-	-	23.172	29.986	12.676.446	12.747.032
Transferências e abates	-	63.831	-	-	-	(718)	(63.831)	(718)
Reversões de ativos de concessões (i)	-	1.240.411	-	-	-	-	-	1.240.411
Depreciação - exercício	-	(5.640.263)	(105.760)	(5.748)	(64.834)	(24.813)	-	(5.841.417)
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	718	-	718
Reforço imparidade - exercício	-	(673.118)	-	-	-	-	-	(673.118)
Valor líquido	71.943.244	208.518.293	171.969	14.852	89.288	79.291	26.292.325	307.109.262
31 de dezembro de 2013								
Custo de aquisição	71.943.244	272.299.857	7.728.885	639.998	917.261	1.558.607	26.292.325	381.380.177
Depreciações acumuladas	-	(63.108.446)	(7.556.916)	(625.146)	(827.973)	(1.479.316)	-	(73.597.797)
Imparidade Acumulada	-	(673.118)	-	-	-	-	-	(673.118)
Valor líquido	71.943.244	208.518.293	171.969	14.852	89.288	79.291	26.292.325	307.109.262

(i) Ver Nota 7.

APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.
 Demonstrações Financeiras Individuais (em euros)
 31 de dezembro de 2014

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2014								
Custo de aquisição	71.943.244	272.299.857	7.728.885	639.998	917.261	1.558.607	26.292.325	381.380.177
Depreciações acumuladas	-	(63.108.446)	(7.556.916)	(625.146)	(827.973)	(1.479.316)	-	(73.597.797)
Imparidade Acumulada	-	(673.118)	-	-	-	-	-	(673.118)
Valor líquido	71.943.244	208.518.293	171.969	14.852	89.288	79.291	26.292.325	307.109.262
Movimentos no exercício:								
Adições	-	624.337	-	-	25.933	10.361	28.088	688.720
Transferências e abates	-	25.680.936	-	-	(36.555)	(3.653)	(25.680.936)	(40.208)
Reversões de ativos de concessões (i)	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	(5.806.413)	(51.948)	(5.748)	(61.558)	(26.989)	-	(5.952.655)
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	35.070	3.653	-	38.723
Reforço imparidade - exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	71.943.244	229.017.152	120.022	9.105	52.178	62.663	639.478	301.843.842
31 de dezembro de 2014								
Custo de aquisição	71.943.244	298.605.129	7.728.885	639.998	906.639	1.565.316	639.478	382.028.689
Depreciações acumuladas	-	(68.914.859)	(7.608.863)	(630.893)	(854.461)	(1.502.653)	-	(79.511.729)
Imparidade Acumulada	-	(673.118)	-	-	-	-	-	(673.118)
Valor líquido	71.943.244	229.017.152	120.022	9.105	52.178	62.663	639.478	301.843.842

(i) Ver Nota 7

Conforme referido na Nota 7, durante o exercício de 2014 não terminou qualquer concessão de uso privativo. No exercício de 2013, as reversões de ativos de concessões e/ou licenças foram como segue:

	BEMSECA - Comércio de Bacalhau, S.A. (i)	DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A. (ii)	Total reversões
Valor de aquisição / avaliação	357.806	1.068.962	1.426.769
Amortizações acumuladas	(186.357)	-	(186.357)
	171.449	1.068.962	1.240.411

(i) Refere-se à reversão antecipada dos bens da concessão BEMSECA - Comércio de Bacalhau, S.A. (Bemseca), por insolvência do concessionário. De acordo com o contrato de concessão, a declaração de insolvência é uma das causas de extinção da concessão, pelo que, nas circunstâncias, por deliberação de 2 de maio de 2013, o Conselho de Administração da APA, S.A. fez operar a rescisão contratual da concessão.

(ii) Refere-se à posse administrativa dos armazéns de comerciantes da DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A. (Docapesca). Estes não se encontravam registados nas Demonstrações Financeiras da APA, S.A. pelo facto dos mesmos não se enquadrarem no conceito de atividade portuária. Assim, de acordo com o estabelecido na Nota 3.6, o correspondente reconhecimento apenas ocorre no momento em que os mesmos revertem para a Empresa. O valor pelo qual os edifícios deste concessionário foram registados nas Demonstrações financeira da Empresa resultam de uma avaliação interna, efetuada por um funcionário com competência para o efeito, a qual levou em consideração as características do imóvel, o seu atual estado de conservação e a sua vida útil estimada.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos em curso” referem-se aos seguintes projetos:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Reconfiguração da barra do Porto de Aveiro	-	25.596.791
ZALI - Zona de atividades logísticas e industriais	500.000	500.000
Construção oficinas e balneários do porto de Aveiro	-	84.145
Melhoria das infraestruturas do Porto de Aveiro	37.214	-
Plataforma logística de contentores	30.144	30.144
Ampliação esteira do Terminal de Graneis Líquidos	25.498	25.498
Outros	46.622	55.747
	<u>639.478</u>	<u>26.292.325</u>

O gasto com depreciação de ativos fixos tangíveis no exercício de 2014 ascendeu a €5.952.655 (2013: €5.841.417), e está reconhecido na rubrica “Depreciações do exercício” da Demonstração dos Resultados.

Durante o exercício de 2013, a Empresa reconheceu uma imparidade, no valor de €673.118, relativa aos edifícios de uma concessão de uso privativo, que reverteram para a Empresa no exercício de 2009. Dado o estado de degradação de tais edifícios, foi reconhecida uma perda por imparidade sobre os mesmos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foram capitalizados gastos financeiros.

Até 31 de dezembro de 2010 foram capitalizados encargos financeiros no montante de €491.229.

6 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são compostas por terrenos e edifícios com o objetivo de valorização, tendo apresentado a seguinte evolução:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
A 1 de janeiro		
Valor bruto	4.107.155	4.169.854
Depreciações acumuladas	-	-
	<u>4.107.155</u>	<u>4.169.854</u>
Movimentos no exercício:		
Aumentos / (Reduções)	(1.072)	(62.699)
	<u>(1.072)</u>	<u>(62.699)</u>
A 31 de dezembro		
Valor bruto	4.106.082	4.107.155
Depreciações acumuladas	-	-
Valor líquido	<u>4.106.082</u>	<u>4.107.155</u>

As propriedades de investimentos referem-se, fundamentalmente a terrenos, localizados nos concelhos de Aveiro e de Ílhavo. Pelo facto de não se encontrarem reunidas as condições estabelecidas nos parágrafos 8 e 9 da NCRF 8 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, assim como os requisitos do Apêndice A da referida norma, estes imóveis foram apresentados no balanço como propriedades de investimento.

A APA, S.A. aplica o modelo de custo para mensurar as propriedades de investimento e a sua divulgação está conforme previsto na alínea e) do parágrafo 79 da Norma Contabilística de Relato Financeiro - Propriedades de Investimento.

No exercício de 2013, a APA, S.A. procedeu à avaliação individual dos bens registados como propriedades de investimento. Da avaliação resultou o valor global de €7.440.400 (valor contabilístico: €4.107.155), tendo-se igualmente verificado que o valor de avaliação individual de cada bem é superior ao valor contabilístico dos mesmos.

Tendo por base uma avaliação efetuada internamente por um funcionário com competências para o efeito, o justo valor destes imóveis em 31 de dezembro de 2014 não sofreu alteração significativa (€7.444.535) face ao valor de avaliação apurado com referência a 31 de dezembro de 2013.

7 Ativos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

	<i>Software</i>	Concessões	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2013				
Custo de aquisição	757.370	54.336.376	567.100	55.660.847
Amortizações acumuladas	(749.789)	(10.906.557)	-	(11.656.346)
	7.581	43.429.819	567.100	44.004.500
Movimentos no exercício				
Adições	7.840	-	-	7.840
Transferências e abates	-	-	(567.100)	(567.100)
Reversões de ativos de concessões	-	(357.806)	-	-
Amortizações - exercício	(5.930)	(2.307.482)	-	(2.313.411)
Amortizações acumuladas - reversões	-	186.357	-	186.357
	1.910	(2.478.930)	(567.100)	(2.686.314)
31 de dezembro de 2013				
Custo de aquisição	765.210	53.978.570	-	54.743.780
Amortizações acumuladas	(755.719)	(13.027.681)	-	(13.783.400)
	9.491	40.950.889	-	40.960.380
Movimentos no exercício				
Adições	9.121	-	8.063	17.183
Amortizações - exercício	(6.184)	(2.294.064)	-	(2.300.248)
	2.936	(2.294.064)	8.063	(2.283.065)
31 de dezembro de 2014				
Custo de aquisição	774.331	53.978.570	8.063	54.760.964
Amortizações acumuladas	(761.903)	(15.321.745)	-	(16.083.648)
	12.428	38.656.825	8.063	38.677.315

A amortização de ativos intangíveis, no exercício de 2014, ascenderam a €2.300.248 (2013: €2.313.411) está incluída na rubrica Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização.

Os ativos intangíveis em curso incluem um montante de €8.063, relativo á aquisição de um Sistema de *Business Intelligence* e ao projeto comunitário ANNA - *Advanced National Networks for Administration*.

O detalhe das concessões de uso privativo incluídas nas Demonstrações Financeiras da Empresa, na sequência da adoção da política contabilística referida na Nota 3.6 é como segue:

	Concessão 1	Concessão 2	Concessão 3	Concessão 4	Concessão 5	Total
A 1 de janeiro de 2013						
Custo de aquisição	2.766.694	17.403.374	357.806	33.012.975	795.527	54.336.376
Amortizações acumuladas	(540.960)	(1.957.880)	(172.940)	(8.180.048)	(54.731)	(10.906.557)
	2.225.735	15.445.494	184.867	24.832.927	740.797	43.429.819
Movimentos no exercício:						
Adições	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	(357.806)	-	-	(357.806)
Amortizações - exercício	(172.330)	(435.084)	(13.418)	(1.650.649)	(36.000)	(2.307.482)
Amortização acumulada - reversões	-	-	186.357	-	-	186.357
	(172.330)	(435.084)	(184.867)	(1.650.649)	(36.000)	(2.478.930)
31 de dezembro de 2013						
Custo de aquisição	2.766.694	17.403.374	-	33.012.975	795.527	53.978.570
Amortizações acumuladas	(713.290)	(2.392.964)	-	(9.830.696)	(90.731)	(13.027.681)
	2.053.404	15.010.410	-	23.182.278	704.796	40.950.889
Movimentos no exercício:						
Adições	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-
Amortização - exercício	(172.330)	(435.084)	-	(1.650.649)	(36.000)	(2.294.064)
Amortização acumulada - reversões	-	-	-	-	-	-
	(172.330)	(435.084)	-	(1.650.649)	(36.000)	(2.294.064)
31 de dezembro de 2014						
Custo de aquisição	2.766.694	17.403.374	-	33.012.975	795.527	53.978.570
Amortizações acumuladas	(885.620)	(2.828.048)	-	(11.481.345)	(126.731)	(15.321.745)
	1.881.074	14.575.326	-	21.531.630	668.796	38.656.825

Nota: Os nomes das concessionárias estão protegidos por informação reservada às partes contratantes.

Apresenta-se de seguida quadro com concessões de uso privativo, com ativos que revertem gratuitamente para a APA, S.A. no final do período contratual:

Concessão	Data de início do contrato	Prazo	Bens reversíveis da Concessão	Situação
Navalria - Docas Construções e Reparações Navais, S.A.	01-03-2008	10 anos	Edificados e outras construções	Ativo
Prio Biocombustíveis, S.A.	22-12-2006	20 anos	Tanques	Ativo
SGPAMAG - Sociedade de Graneis do Parque de Aveiro, Movimentação e Armazenagem de Graneis, S.A.	31-12-2010	20 anos	Edificados e outras construções	Ativo
Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias (Aveiro), S.A.	11-08-2006	20 anos	Silos de armazenagem	Ativo

No que refere à Concessão de serviço público atribuída em 26 de janeiro de 2001, por um prazo de 25 anos, à Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias, S.A., para a exploração da operação portuária no Terminal Sul, em regime de serviço público, não foi reconhecido qualquer ativo, pelo facto de se perspetivar que no final do período contratual, os atuais bens em uso por este concessionário não terão qualquer valor económico para a APA, S.A.. Adicionalmente, referimos que (i) excluem-se da reversão gratuita os investimentos em equipamentos nos últimos 10 anos, pelos quais a concessionária tem direito a ser indemnizada pelo seu valor contabilístico e (ii) a atual infraestrutura em uso pelo concessionário faz parte integrante do ativo da APA, S.A..

8 Participações Financeiras - Método Equivalência Patrimonial

8.1 Participações Financeiras em Empresas Subsidiárias

As participações Financeiras em empresas subsidiárias em 31 de dezembro de 2014 e 2013, sua sede social, proporção de capital e sua atividade são como segue:

Empresa	Sede Social	Percentagem de capital detido		Valor contabilístico	
		2014	2013	2014	2013
Administração do Porto da Figueira da Foz, SA	Figueira da Foz	100%	100%	13.628.266	13.309.402
				13.628.266	13.309.402

A Administração do Porto da Figueira da Foz, S. A. ("APFF, S.A."), é uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, foi criada através do Decreto-Lei 210/2008, de 3 de novembro, tendo o mesmo entrado em vigor 30 dias após a data da sua publicação. A Empresa foi constituída com um capital social de €50.000, integralmente subscrito e realizado pela APA, S.A.. Durante o exercício de 2012, o capital social da Empresa foi aumentado de €50.000 para €10.000.000, mediante a conversão de reservas resultantes da contrapartida da integração no ativo da Empresa, dos bens destacados na esfera do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos. I.P., ao abrigo do estabelecido no Artigo 8º do Decreto - Lei n.º 210/2008, de 3 de novembro.

A APFF, S.A. tem por objeto a administração do Porto da Figueira da Foz, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

8.2 Informação Financeira da Participação na Empresa Subsidiária

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a informação financeira relativa à participação na empresa subsidiária é como segue:

	2014	2013
Ativos		
Não correntes	9.820.840	10.055.000
Correntes	5.267.491	4.264.465
	15.088.331	14.319.465
Passivos		
Não correntes	484.771	549.166
Correntes	975.294	460.897
	1.460.065	1.010.063
Capital Próprio	13.628.266	13.309.402
	13.628.266	13.309.402
Atividade no ano		
Rendimentos	8.484.564	8.952.671
Gastos	8.298.843	10.394.028
Resultado Líquido	185.722	(1.441.357)
% participação detida	100%	100%
	185.722	(1.441.357)

8.3 Movimentos na Participação Financeira Contabilizada pelo Método da Equivalência Patrimonial

Durante os exercícios de 2014 e de 2013, os movimentos ocorridos na participação financeira valorizada pelo método da equivalência patrimonial é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Início do exercício	13.309.402	15.027.776
Reforço de capital - Prestações acessórias de capital	127.305	106.565
Ganhos / (Perdas) - Método da equivalência patrimonial (i)	185.721	(1.360.950)
Outros movimentos no capital	5.838	(463.990)
Final do exercício	<u><u>13.628.266</u></u>	<u><u>13.309.402</u></u>

(i) Em 2013 a APFF, S.A. ficou obrigada ao pagamento do subsídio de férias, relativo ao trabalho prestado no exercício de 2012, após o acórdão do Tribunal Constitucional à Lei do Orçamento de Estado para 2013. Em virtude das contas da APFF, S.A. do exercício de 2012 terem sido encerradas e aprovadas em Assembleia Geral antes do conhecimento desta decisão, este passivo não foi reconhecido nas suas demonstrações financeiras desse exercício. No entanto, pelo facto das Demonstrações Financeiras individuais da APA, S.A. terem sido aprovadas pelo Conselho de Administração em data posterior à data do acórdão acima mencionado, o efeito da reposição do subsídio de férias foi já considerado, em 2012, na aplicação do método da equivalência patrimonial, utilizado na valorização desta subsidiária. Assim:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado líquido do exercício da APFF	185.721	(1.441.357)
Efeito estimado no resultado líquido da APFF, resultante da incorporação da estimativa para subsídio de férias a pagar em 2013, relativa ao trabalho prestado em 2012	-	80.407
Resultado líquido da APFF ajustado, e considerado para efeitos da aplicação do método da equivalência	<u><u>185.721</u></u>	<u><u>(1.360.950)</u></u>

Os outros movimentos no capital referem-se às seguintes situações registadas pela subsidiária:

	2014	2013
Movimentos efetuados diretamente nos capitais próprios da APFF:		
- Resultados Transitados	(6.405)	-
- Subsídios ao investimento (i)	(31.931)	(681.604)
- Ajustamentos em subsídios ao investimento (i)	44.174	217.614
	5.838	(463.990)

(i) Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados. Durante o exercício de 2014, esta subsidiária registou um reforço nos capitais próprios, no montante de €12.243 (2013: diminuição de €463.990), relativa a subsídios ao investimento não reembolsáveis, líquido do efeito do correspondente efeito fiscal futuro que lhes está associado, e perdas por imparidade sobre os bens que estes subsídios pretendem subsidiar.

9 Participações Financeiras - Outros Métodos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os ativos reconhecidos nesta rubrica são como segue:

	% detida	2014	2013
PCI - Parque da Ciência e Inovação, S.A.	1%	22.500	22.500
		22.500	22.500

A PCI tem por objeto a instalação, o desenvolvimento, a promoção e a gestão de um Parque de Ciência e Tecnologia, bem como a prestação dos serviços de apoio necessários à sua atividade, que contribuam para a produção e investigação científica, tecnológica e educativa, como promotor estratégico e operacional da inovação e do empreendedorismo.

Esta participação, adquirida em 2010 pelo montante de €22.500, encontra-se valorizada ao custo por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

10 Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os movimentos ocorridos na rubrica de ativos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Ajustamentos de transição - SNC	
	2014	2013
A 1 de janeiro	13.526	29.260
Movimentos no exercício:		
Constituição	-	-
Reversão	(13.526)	(15.734)
	<u>(13.526)</u>	<u>(15.734)</u>
A 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>13.526</u>

De acordo com o CIRC, os ajustamentos de conversão com efeitos em capitais próprios, decorrentes da adoção, pela primeira vez, do SNC, que sejam considerados fiscalmente relevantes, resultantes do reconhecimento de ativos concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável em 2010 e nos quatro exercícios seguintes, ou seja, até 2014.

Os movimentos ocorridos na rubrica Passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Concessões	
	2014	2013
A 1 de janeiro	1.080.230	899.934
Movimentos no exercício:		
Constituição	27.198	180.297
Reversão	-	-
	<u>27.198</u>	<u>180.297</u>
A 31 de dezembro	<u>1.107.428</u>	<u>1.080.230</u>

No que se refere aos ativos das concessões, procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a

tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

11 Clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a decomposição da rubrica Clientes, é como se segue:

	2014	2013
Clientes - conta corrente	5.256.537	3.564.911
Clientes de cobrança duvidosa	6.112.112	9.011.735
	<u>11.368.649</u>	<u>12.576.646</u>
Imparidade	(6.112.112)	(9.011.734)
	<u>(6.112.112)</u>	<u>(9.011.734)</u>
Total clientes	<u>5.256.537</u>	<u>3.564.911</u>

Clientes - conta corrente: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes das prestações de serviços relacionadas com as atividades desenvolvidas pela Empresa, as quais se encontram detalhadas na Introdução a este anexo.

Imparidade em clientes

	2014	2013
A 1 de Janeiro	9.011.734	9.211.277
Aumento por resultados	1.602.787	2.110.011
Redução por resultados	(4.502.409)	(2.309.554)
	<u>(2.899.622)</u>	<u>(199.542)</u>
A 31 de Dezembro	<u>6.112.112</u>	<u>9.011.734</u>

A generalidade dos contratos de concessão de uso privativo obriga o concessionário a cargas mínimas anuais, podendo a Empresa, a título de penalidade contratual, cobrar uma taxa adicional por tonelada não movimentada abaixo do mínimo definido contratualmente.

Durante o exercício de 2014, a Empresa e a Docapesca - Portos e Lotas, S.A. (Docapesca) celebraram um Contrato de Concessão de instalações destinadas a atividades da pesca e serviços conexos no porto de pesca costeira de Aveiro. A celebração deste Contrato de Concessão resultou das negociações iniciadas no exercício de 2013, com vista à resolução do litígio existente relativo às taxas de movimentação do pescado, faturadas pela Empresa, mas que se encontravam em fase de cobrança coerciva.

Assim, o contrato de concessão celebrado com a Docapesca fixou como contrapartida da Concessão uma anuidade, no montante de €334.25, atualizável em base anual, de acordo com o fator de atualização das rendas não habitacionais. Esta anuidade produziu efeitos com referência a 1 de outubro de 2014, tendo-se acordado simultaneamente o pagamento do montante de €2.137.868 referente às taxas de uso privativo do edifício da lota durante o período de 1 de janeiro de 2000 a 30 de setembro de 2014.

A celebração deste contrato irá dar origem à emissão de notas de crédito, no montante de 2.420.052 euros e a faturação no valor de €2.137.868 (ver Nota 20). Adicionalmente, procedeu-se no exercício de 2014 à reversão da totalidade da imparidade reconhecida sobre o saldo a receber deste cliente, no montante de €2.799.357.

12 Estado e Outros Entes Públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

	2014		2013	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	41.184		486.122	-
Impostos s/ rendimento - IRS	-	89.115	-	91.645
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	44.975	-	37.142
Contribuições para a segurança social	-	106.000	-	100.171
Outros impostos	-	16.904	-	19.807
	41.184	256.994	486.122	248.765

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não existiam dívidas em mora ao Estado.

Para os períodos apresentados o saldo do IRC tem a seguinte decomposição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Pagamentos por conta	52.105	301.249
Retenções na fonte (ver Nota 29)	22.767	18.712
IRC - Benefícios fiscais	-	174.673
Estimativa de IRC (ver Nota 29)	<u>(33.688)</u>	<u>(8.512)</u>
Total	<u><u>41.184</u></u>	<u><u>486.122</u></u>

13 Outras Contas a Receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a decomposição da rubrica Outras contas a receber, é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Devedores diversos		
- FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	975.541	33.231
- Logística CENCYL	17.028	41.049
- Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	1.850	585
- Outros	<u>26.329</u>	<u>23.771</u>
	<u>1.020.749</u>	<u>98.635</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos		
- Juros a receber	7.342	18.963
- Rendimentos de concessões - Penalidades contratuais (Nota 27)	<u>261.890</u>	<u>-</u>
	<u>269.232</u>	<u>18.963</u>
	<u><u>1.289.981</u></u>	<u><u>117.598</u></u>

Pelo facto de estarem já reunidas todas as condições para o seu recebimento, foi registado na rubrica de devedores diversos um montante de €992.569 (2013: €74.280) relativo a subsídios atribuídos mas ainda não recebidos (IFDR e FEDER), pelo facto de ser convicção da Administração que existe uma

segurança moderada de que o mesmo irá ser efetivamente recebido. A contrapartida deste lançamento foi efetuada na rubrica do capital próprio “Outras variações do capital próprio” (€992.569 - Subsídio ao investimento). Pelo facto da ocorrência do recebimento deste montante estar prevista para o exercício de 2015, o mesmo foi apresentado no balanço como um ativo corrente.

Os devedores por acréscimos de rendimentos referem-se a juros a receber relativos aos depósitos a prazo que a Empresa tem em instituições Financeiras, os quais vencem juros a taxas correntes de mercado e a uma penalidade contratual a emitir a uma concessionária.

14 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Empresa tem registado na rubrica Diferimentos os seguintes saldos:

(i) Gastos a reconhecer

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Seguros	52.714	53.026
Materiais de economato, limpeza e combustíveis	127.620	137.507
Outros serviços	0	10.013
	<u><u>180.334</u></u>	<u><u>200.546</u></u>

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos e a consumíveis e artigos de economato, os quais são inicialmente diferidos, sendo reconhecidos como gasto à medida que vão sendo consumidos.

(ii) Rendimentos a reconhecer

Corrente

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Subsídios exploração	-	3.674
Concessões	3.085.879	3.085.879
	<u><u>3.085.879</u></u>	<u><u>3.089.554</u></u>

Não corrente

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Concessões	30.649.044	33.734.923
	<u><u>30.649.044</u></u>	<u><u>33.734.923</u></u>

Os rendimentos a reconhecer “Concessões” resultam da aplicação da política contabilística definida na nota 3.6, no que se refere a ativos de concessões que, no final do período contratual, reverterem gratuitamente para a Empresa. A contrapartida do registo dos ativos é efetuada na rubrica de Rendimentos a reconhecer, sendo o correspondente rendimento reconhecido na demonstração dos resultados, linearmente, durante o período da concessão.

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2014 e de 2013 foram como segue:

	<u>Concessão 1</u>	<u>Concessão 2</u>	<u>Concessão 3</u>	<u>Concessão 4</u>	<u>Concessão 5</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2013	1.704.418	13.072.580	127.220	24.397.319	732.364	40.033.901
Imputação a rendimentos	(340.128)	(962.399)	(17.890)	(1.742.666)	(40.687)	(3.103.769)
Reversão de ativos	-	-	(109.330)	-	-	(109.330)
31 de dezembro de 2013	<u>1.364.290</u>	<u>12.110.182</u>	<u>-</u>	<u>22.654.653</u>	<u>691.677</u>	<u>36.820.802</u>
Imputação a rendimentos	<u>(340.128)</u>	<u>(962.399)</u>	<u>-</u>	<u>(1.742.666)</u>	<u>(40.687)</u>	<u>(3.085.879)</u>
31 de dezembro de 2014	<u>1.024.162</u>	<u>11.147.783</u>	<u>-</u>	<u>20.911.988</u>	<u>650.990</u>	<u>33.734.923</u>

15 Capital

Conforme previsto no artigo 9º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei nº 339/98, de 3 de novembro, o capital social, integralmente subscrito e realizado, foi inicialmente fixado em €7.292 milhares.

Subsequentemente, o capital passou para €30.000.000, por incorporação de parte da reserva de avaliação, resultante da avaliação patrimonial efetuada em 1999, conforme Despacho nº 96/2001 da Inspeção Geral das Finanças.

O capital social atual, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 6.000.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada. As ações são nominativas e revestem a forma escritural.

16 Reservas

Reserva legal

De acordo com os Estatutos da Empresa, anualmente deverá ser transferido para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 10% do lucro líquido apurado em cada exercício até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital e para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Outras reservas

As outras reservas incluem:

- (i) um montante de €189.766.558 relativo à avaliação patrimonial referida nas Notas 2.1 e 3.3.

Esta reserva não é distribuível, podendo ser utilizada para aumentos de capital social ou para absorver resultados transitados negativos.

- (ii) um montante de €3.049.948 relativo a reservas não distribuíveis, pelo reconhecimento de ativos por reversão gratuita de bens no final do contrato de concessão de serviço público ou uso privativo de bens dominiais afetos à atividade portuária, de acordo com a política contabilística referida na Nota 3.6.

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2014 e de 2013 nas Outras reservas analisam-se como segue:

	2012	Movimentos no exercício	2013	Movimentos no exercício	2014
Reservas - Avaliação patrimonial (i)	189.766.558	-	189.766.558	-	189.766.558
Reservas - Efeito das concessões	1.909.709	542.419	2.452.127	597.820	3.049.948
	<u>191.676.267</u>	<u>542.419</u>	<u>192.218.685</u>	<u>597.820</u>	<u>192.816.506</u>

(i) Avaliação patrimonial referida na Nota 3.3.

Os efeitos da adoção da política contabilística descrita na Nota 3.6 na rubrica Outras reservas foram os seguintes:

	Reservas - Concessões
1 de janeiro de 2013	1.909.709
Movimentos no exercício:	
- Efeito da reversão de ativos de concessões (ver Nota 17.2)	(57.647)
- Imposto diferido passivo sobre o efeito acima referido	13.698
- Aplicação do resultado líquido de 2012	586.367
- Efeito do imposto diferido passivo sobre as reversões de ativos ocorridas em 2011	-
31 de dezembro de 2013	2.452.127
Movimentos no exercício:	
- Efeito da reversão de ativos de concessões	-
- Imposto diferido passivo sobre o efeito acima referido	-
- Aplicação do resultado líquido de 2013	597.821
31 de dezembro de 2014	3.049.948

17 Ajustamentos em Ativos Financeiros e Outras Variações no Capital Próprio

17.1 Ajustamentos em ativos financeiros

Os ajustamentos em ativos financeiros analisam-se como segue:

	2014	2013
Ajustamentos em ativos financeiros no início do exercício:	13.938.841	16.777.978
Aplicação do resultado líquido negativo da APFF de 2012	-	(2.375.147)
Movimentos efetuados diretamente nos capitais próprios da APFF (ver Nota 8.3)		
- Resultados transitados	(6.405)	-
- Subsídios ao investimento	(31.931)	(681.604)
- Ajustamentos em subsídios ao investimento	44.174	217.614
Ajustamentos em ativos financeiros no final do exercício:	13.944.680	13.938.841

17.2 Outras Variações nos Capitais Próprios

As Outras variações no capital próprio referem-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Subsídios ao investimento	Concessões - reversões	Ajustamentos em subsídios	Total
1 de janeiro de 2013	87.639.714	2.223.507	(23.224.621)	66.638.600
Adições	6.512.916	-	-	6.512.916
Regularização por capital	-	57.647	627.685	685.331
Regularização por resultados (ver Nota 28)	(1.920.238)	-	-	(1.920.238)
31 de dezembro de 2013	92.232.391	2.281.154	(22.596.936)	71.916.609
Adições	1.343.215	-	-	1.343.215
Regularização por capital	-	-	1.996.919	1.996.919
Regularização por resultados (ver Nota 28)	(2.019.976)	-	-	(2.019.976)
31 de dezembro de 2014	91.555.630	2.281.154	(20.600.017)	73.236.767

Conforme referido na Nota 3.6, no exercício em que ocorre o fim de uma concessão, o saldo respetivo da conta 553 - Reservas não distribuíveis - Concessões é transferido para a conta 595 - Outras variações no capital próprio - Concessões. Durante o exercício de 2013, ocorreu a reversão dos ativos de duas concessões de uso privativo, pelo que o montante de €57.647 reconhecido na rubrica de "Outras reservas - concessões", relativo a ambas as concessões, foi transferido para a rubrica "Outras variações nos capitais próprios" (ver Nota 17).

Conforme referido na Nota 3.14, os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio Outras variações no capital próprio sendo subsequentemente imputados aos rendimentos do período na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" de acordo com os gastos de depreciação e amortização dos ativos a que estão associados. Tendo em consideração que a base contabilística e a base fiscal dos subsídios relacionados com ativos são coincidentes, a CNC clarificou que o reconhecimento dos subsídios relacionados com investimentos em ativos no Capital próprio deveria ser líquido do efeito fiscal futuro, mas que esse ajustamento não deveria corresponder ao reconhecimento de um passivo por imposto diferido. Assim, a CNC propôs que no reconhecimento inicial dos subsídios seja utilizada uma conta de "Ajustamento a subsídios" no capital próprio (movimento a débito) por contrapartida de uma conta de "Outras contas a pagar" no passivo (movimento a crédito), por conta do imposto sobre o rendimento a pagar no futuro. Nos períodos subsequentes, os "Ajustamentos a subsídios" são regularizados à medida que os subsídios vão sendo reconhecidos em resultados do período, por contrapartida de Outras contas a pagar.

Os movimentos ocorridos no exercício relativos a subsídios atribuídos e/ou a atribuir à Empresa analisam-se como segue:

Componente	2012	Movimentos em 2013		2013	Movimentos em 2014		2014
		Recebido e/ou a receber	Reconhecido como rendimento		Recebido e/ou a receber	Reconhecido como rendimento	
PIDDAC	26.352.599	874.002	(671.335)	26.555.266	-	(621.737)	25.933.528
FEDER	44.714.999	5.638.914	(907.759)	49.446.154	1.343.215	(1.057.494)	49.731.874
Propescas	1.154.685	-	(40.628)	1.114.058	-	(40.628)	1.073.430
Fundo de Coesão	15.135.049	-	(284.143)	14.850.906	-	(284.143)	14.566.763
Medida B5-700	171.412	-	(7.831)	163.581	-	(7.831)	155.749
Outros	110.969	-	(8.542)	102.427	-	(8.142)	94.285
	<u>87.639.714</u>	<u>6.512.916</u>	<u>(1.920.238)</u>	<u>92.232.391</u>	<u>1.343.215</u>	<u>(2.019.976)</u>	<u>91.555.630</u>

18 Provisões

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o detalhe das provisões analisa-se como segue:

	2014	2013
A 1 de janeiro	<u>238.928</u>	<u>238.928</u>
Movimentos em resultados:		
Dotação (i)	353.127	-
Redução (ii)	(56.134)	-
	<u>296.993</u>	<u>-</u>
Movimentos em balanço:		
Dotação (iii)	79.887	-
Utilização (ii)	(182.794)	-
A 31 de dezembro	<u>433.014</u>	<u>238.928</u>

(i) Em 2014 a Empresa constituiu uma provisão de €353.127 para fazer face a riscos do negócio.

(ii) Em 2012, a APA, S.A. reconheceu uma provisão, no montante de €238.928, de incentivos à aposentação. Este incentivo pretende compensar sete trabalhadores da Empresa, pela perda de benefícios de reforma por aposentação antecipada. Os incentivos serão pagos após a confirmação de saída pela Caixa Geral de Aposentações, pelo que a responsabilidade foi reconhecida na rubrica Provisões do balanço, no passivo corrente. A contrapartida desta provisão foi registada na rubrica de Gastos com o pessoal. Em 2014 a Empresa pagou o valor de €182.794 e, reverteu o valor de €56.134.

(iii) Na sequência de realização da empreitada denominada por Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro, a Empresa celebrou um contrato com uma entidade externa um contrato de prestação de serviços de monitorização hidrodinâmica da ria de Aveiro, pelo montante global de €293.000. Nas circunstâncias, tendo em consideração o referido no parágrafo 18 da NRCF 7 - Activos fixos tangíveis, este montante foi adicionado ao custo diretamente atribuível à referida empreitada. A contrapartida do reconhecimento deste custo foi registada na rubrica de Provisões. Assim, o valor da provisão em 31 de dezembro de 2014, corresponde ao montante contratualizado e ainda não faturado.

19 Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe dos empréstimos, quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	1.453.632	17.180.453	18.634.085	1.453.632	18.634.087	20.087.719
	<u>1.453.632</u>	<u>17.180.453</u>	<u>18.634.085</u>	<u>1.453.632</u>	<u>18.634.087</u>	<u>20.087.719</u>

Os empréstimos bancários incluem:

(i) Empréstimo Banco Europeu de Investimento (BEI)

O empréstimo junto do BEI, no montante de €25.000.000, resulta de um contrato de financiamento celebrado em 29 de outubro de 2004, que teve por objetivo o financiamento das obras de expansão e aumento de capacidade das infraestruturas do Porto de Aveiro.

Em benefício da Empresa, o banco abriu um crédito até ao montante de €30.000.000, tendo sido utilizado um montante de €20.000.000 até 31 de dezembro de 2008 e em novembro de 2010 efetuou

uma segunda utilização, no montante de €5.000.000, tendo como objetivo o cofinanciamento do projeto de reconfiguração da barra.

O capital mutuado pelo banco vence juros calculados pela taxa variável do BEI, próxima da taxa Euribor, acrescida de um spread máximo de 0,13%.

Como garantia deste empréstimo, foi assinado um contrato de fiança com o Estado Português.

(ii) Empréstimo BPI, S.A. - Millennium BCP - Banco Comercial Português, S.A.

A APA, S.A. foi solidariamente responsável, em conjunto com a Administração do Porto de Lisboa, S.A., Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., Administração do Porto de Sines S.A., e IPTM, I.P., pela liquidação de um empréstimo contraído pela APP - Associação dos Portos de Portugal (APP) junto de um sindicato bancário em julho de 2000, o qual se destinou a financiar o reembolso antecipado da totalidade do empréstimo obrigatorista APAJP/94. Em 17 de janeiro de 2007, foram negociados empréstimos bancários o Banco BPI e Banco Millennium BCP, com vista ao financiamento do reembolso antecipado do empréstimo atrás referido, ficando, assim, individualizadas as responsabilidades de cada Administração Portuária e da APP.

O empréstimo, contraído pela APA, S.A., no montante global de €2.500.000, consubstanciou-se:

- Taxa de Juro: Euribor a seis meses, acrescida de uma margem de 0,125% ao ano;
- Pagamento de Juros: semestrais e postecipados;
- Reembolso: dezanove prestações semestrais constantes e sucessivas, de capital e juros, tendo-se vencido a primeira doze meses após a assinatura do contrato (janeiro de 2008).

Resultante deste processo, com a contratação do empréstimo relativo à dívida da APP, assumiu, a APA, S.A. em conjunto com as restantes Administrações Portuárias, a posição de Fiadora.

Realça-se no entanto que, em 17 de janeiro de 2012, a APP procedeu à liquidação total antecipada do referido empréstimo, extinguindo-se, portanto, a responsabilidade da APA, S.A. como fiadora perante a dívida em questão.

A maturidade dos empréstimos bancários não correntes é como segue:

<u>Ano</u>	<u>BEI</u>	<u>BPI / BCP</u>	<u>Total</u>
2016	1.190.474	263.158	1.453.632
2017	1.190.474	131.579	1.322.053
2018 - 2024	14.404.768	-	14.404.768
	<u>16.785.716</u>	<u>394.737</u>	<u>17.180.453</u>

20 Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

Não corrente:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outras contas a pagar - Ajustamentos em subsídios	<u>20.145.522</u>	<u>21.969.251</u>

No reconhecimento inicial dos subsídios é utilizada uma conta de “Ajustamento a subsídios” no capital próprio (movimento a débito) por contrapartida de uma conta de “Outras contas a pagar” no passivo (movimento a crédito), por conta do imposto sobre o rendimento a pagar no futuro. Nos períodos subsequentes, os “Ajustamentos a subsídios” são regularizados à medida que os subsídios vão sendo reconhecidos em resultados do período, por contrapartida de Outras contas a pagar.

Corrente:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores investimentos	14.494	203.232
Cauções de fornecedores	49.152	309.432
Credores diversos	37.590	44.079
Outras contas a pagar - Ajustamentos em subsídios	454.495	627.685
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar	551.849	536.959
Crédito a emitir à Docapesca (ver Nota 11)	282.184	-
Juros a liquidar	5.740	6.812
Outros	295.147	150.057
	<u>1.134.920</u>	<u>693.827</u>
	<u><u>1.690.650</u></u>	<u><u>1.878.255</u></u>

Remunerações a pagar - Esta rubrica respeita ao direito ao subsídio de férias e a dias de férias e respetivos encargos obrigatórios, adquiridos pelos trabalhadores em 31 de dezembro de cada ano, cujo pagamento irá ocorrer no exercício seguinte.

21 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos de fornecedores analisam-se como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores - conta corrente	866.728	52.788
Faturas - faturas em receção e conferência	910.911	153.745
	<u><u>1.777.639</u></u>	<u><u>206.534</u></u>

22 Prestações de Serviços

O montante das prestações de serviços reconhecidas na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prestações de serviços:		
Tarifas de uso do porto - Carga	-	547.705
Tarifas de uso do porto - Navio	1.538.654	1.321.557
Amarrar e desamarrar	327.162	296.862
Armazenagem	409.912	314.079
Estacionamento	196.614	235.353
Pilotagem	1.216.246	1.152.206
Tarifas de uso de equipamento	590.410	639.250
Serviços secundários	18.100	13.516
Total	<u>4.297.098</u>	<u>4.520.528</u>

As prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na Introdução a este anexo.

Com efeitos a partir de 1 de maio de 2013, por Despacho do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a tarifa TUP Carga foi reduzida em 50% face à que se encontrava em vigor a essa data, contribuindo, assim, para o decréscimo ocorrido na prestação de serviços à carga.

Posteriormente e por determinação do IPTM, I.P., de 16 de janeiro de 2014, aquela tarifa foi totalmente eliminada (redução de 100%), com efeitos reportados a 01 de janeiro de 2014

23 Subsídio à Exploração

O montante dos subsídios à exploração reconhecido na demonstração dos resultados dos exercícios de 2014 e de 2013, é detalhado como segue:

Descrição	Entidade	Recebido e/ou a receber		Reconhecido como rendimento		A reconhecer	
		2013	2014	2013	2014	2013	2014
Dragagem de manutenção dos fundos do porto do Porto de Aveiro	PIDDAC	-	612.174	-	612.174	-	-
Projeto Logística CENCYL	FEDER	49.975	6.241	46.301	6.241	3.674	-
Outros	Outros	-	289	-	289	-	-
		<u>49.975</u>	<u>618.704</u>	<u>46.301</u>	<u>618.704</u>	<u>3.674</u>	<u>-</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Empresa recebeu do PIDDAC a importância de €612.174 e do Feder um montante €26.586, tendo a receber um montante adicional de €17.028, conforme evidenciado na Nota 13.

24 Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	358.326	236.734
Publicidade e propaganda	40.634	46.302
Vigilância e segurança	352.436	315.161
Honorários	64.155	62.537
Comissões	-	204
Conservação e reparação	2.837.990	441.701
Outros	6.782	4.809
Materiais	52.213	54.185
Energia e fluídos	462.108	521.411
Deslocações, estadas e transportes	16.312	17.415
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	85.530	77.441
Comunicação	67.462	69.206
Seguros	44.652	38.498
Contencioso e notariado	2.967	6.900
Despesas de representação	9.075	8.273
Limpeza, higiene e conforto	39.029	40.130
Outros	44.603	43.985
	<u>4.484.276</u>	<u>1.984.891</u>

O aumento nos gastos com Conservação e reparação resultou da realização de uma dragagem de manutenção, no montante de 2.468 mil euros, que integra um plano de intervenções, a realizar entre 2014 e 2016, o qual corresponde a um esforço financeiro para recuperação de 8 anos de dragagens operacionais que, em condições normais de acessibilidade marítima, teriam sido realizadas em cada um dos exercícios económicos.

25 Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2014 e de 2013, foram como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remunerações:		
Órgãos sociais	193.421	225.525
Pessoal	<u>3.486.797</u>	<u>3.614.166</u>
	<u>3.680.218</u>	<u>3.839.691</u>
Encargos sobre remunerações	879.577	837.884
Gastos de ação social	26.364	34.500
Outros	102.700	86.863
	<u>4.688.858</u>	<u>4.798.937</u>

Durante o exercício o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 99 (2013: 104 funcionários).

A Empresa não aplicou as orientações relativas às remunerações vigentes em 2014, nomeadamente as medidas de redução remuneratória previstas no Artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2014), por ser entendimento do Conselho de Administração que o estabelecido nos Despachos do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, se mantém válido para o exercício de 2014, com fundamento no previsto no n.º 13 do Artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e no n.º 12 do Artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro.

As remunerações do pessoal incluem, para além das remunerações base, outras remunerações acessórias, constantes da Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

26 Outros Gastos e Perdas

A rubrica Outros gastos e perdas analisa-se como se segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Impostos (i)	163.649	175.436
Dívidas incobráveis	554	44.669
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	2.557	62.699
Donativos	31.000	30.322
Quotizações	13.165	14.050
Outros (ii)	<u>276.773</u>	<u>586.458</u>
	<u>487.698</u>	<u>913.634</u>

(i) Com a extinção do IPTM I.P. através do Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de Janeiro, a comparticipação de 5% das receitas de exploração de cada porto, exceto serviços de pilotagem, que vinha sendo processada a favor deste Instituto e que se encontra relevada nesta rubrica, passou, a partir do exercício de 2013, a ser processada da seguinte forma:

- Comparticipação de 3% à Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), de acordo com o estipulado na Portaria n.º 184/2013, de 16 de maio, e;
- Estimativa para a comparticipação de 2% que, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, será considerada receita do. IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. A estimativa de 2% corresponde ao valor máximo aplicável, cujo Despacho Conjunto ainda não se encontrava publicado na data de encerramento das contas do exercício de 2014.

Os impostos e taxas são constituídos pelo IUC - Imposto Único de Circulação, IVA não dedutível e taxas obrigatórias.

(ii) No exercício de 2013, os "Outros" incluíam um montante de €567.100 relativo ao reconhecimento como gasto do estudo de viabilidade técnico-financeira para a concessão Terminal Norte (Sector Norte e Graneis Líquidos). Decorrente da intenção da Comunidade Portuária de Aveiro,

na qual a Empresa se integra, de implementar um novo modelo de operação portuária, que visava garantir a harmonização do atual regime de licenciamento em todo o porto, o referido montante, inicialmente registado como um ativo intangível, foi levado a gasto no exercício de 2013. No exercício de 2014 os “Outros” incluem uma nota de crédito, relativa a multa, no valor de €200.864.

27 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica Outros rendimentos e ganhos analisa-se como se segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Rendimentos de ocupações (i)	4.709.223	4.743.725
Subsídios ao investimento (ver Nota 17.2)	2.019.976	1.920.238
Rendimentos de concessões (ii)	2.230.774	1.717.815
Concessões a reverter (iii)	3.085.879	3.103.769
Fornecimentos diversos (iv)	559.319	575.999
Penalidade contratual (v)	261.890	-
Venda de inertes	244.077	176.181
Recolha de resíduos	26.815	25.628
Reversão de ativos concessionados (vi)	-	1.178.292
Descontos pronto pagamento obtidos	5.292	106.745
Outros	151.248	81.672
	<u><u>13.294.493</u></u>	<u><u>13.630.065</u></u>

(i) Os rendimentos de ocupações referem-se aos valores faturados pela Empresa ao abrigo de contratos de concessão de uso privativo. De acordo com o estabelecido nos referidos contratos, como contrapartida das parcelas cedidas, a Empresa recebe um montante fixo determinado em função da área concedida.

(ii) Os rendimentos de concessões correspondem aos valores faturados a concessionários de serviço público a operar nas instalações do porto de Aveiro, de acordo com o tarifário definido contratualmente.

(iii) Resultado da aplicação da política contabilística definida na Nota 3.6, no que se refere a ativos de concessões que, no final do período contratual, reverterem gratuitamente para a Empresa. A

contrapartida do registo dos ativos é efetuada na rubrica “Rendimentos a reconhecer”, sendo o correspondente rendimento reconhecido na demonstração dos resultados, linearmente, na rubrica “Outros rendimentos”, durante o período da concessão.

(iv) Os fornecimentos e serviços diversos referem-se, fundamentalmente, ao rendimento proveniente do fornecimento de energia e água a entidades instaladas no Porto de Aveiro, assim como a navios.

(v) A penalidade contratual resulta da estimativa do valor a debitar a uma concessão de uso privativo, pelo facto das quantidades movimentadas terem sido inferiores às mínimas estabelecidas contratualmente.

(vi) No decorrer do exercício de 2013, verificou-se a reversão, a favor da Empresa, dos ativos associados à concessão da BEMSECA (€109.330) (ver Nota 7). Adicionalmente, reverteu a favor da Empresa, os armazéns de comerciantes da Docapesca (€1.068.962).

28 Gastos e Rendimentos Financeiros

Os gastos e rendimentos financeiros em 2014 e 2013 foram como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Gastos financeiros		
Juros suportados	109.861	111.624
	<u>109.861</u>	<u>111.624</u>
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos de aplicações financeiras	79.447	91.303
Juros de mora debitados a clientes	99.238	65.830
	<u>178.685</u>	<u>157.133</u>

Os juros suportados correspondem aos empréstimos obtidos referidos na Nota 19.

29 Imposto do Exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas Demonstrações Financeiras é conforme segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto s/ rendimento corrente	(33.688)	(8.512)
Imposto s/ rendimento diferido	(40.723)	(196.031)
Impostos/ rendimentos de anos anteriores	-	184.403
Imposto sobre o rendimento	<u>(74.411)</u>	<u>(20.140)</u>

A Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupo de sociedades, previsto no artigo 69º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa ótica individual.

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas ao imposto sobre o rendimento registado nas Demonstrações Financeiras.

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas Demonstrações Financeiras é conforme segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Taxa de imposto	23,00%	25,00%
Derrama Municipal	1,50%	1,50%
Derrama Estadual:		
- Lucro Tributável entre €1,5 milhões e €7,5 milhões (i)	3,00%	3,00%
- Lucro Tributável acima de €7,5 milhões (ii)	5,00%	5,00%
Taxa média ponderada aplicável à Empresa	<u>24,50%</u>	<u>26,50%</u>

(i) Não aplicável à Empresa nos exercícios de 2014 e de 2013, pelo facto do lucro tributável ser inferior a 1,5 milhões de euros.

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas Demonstrações Financeiras, é conforme segue:

	2014	2013
Resultado antes de Imposto	3.153.734	555.587
Variações patrimoniais positivas	-	57.647
Variações patrimoniais negativas	-	(58.427)
	<u>3.153.734</u>	<u>554.806</u>
Taxa de Imposto	23,0%	25,0%
Encargo teórico com IRC	<u>725.359</u>	<u>138.701</u>
Gastos não dedutíveis:		
Ajustamentos tributados	221.805	527.503
Amortizações de ativos intangíveis - Concessões	527.635	573.516
Provisões	81.219	-
Método de equivalência patrimonial	-	340.237
Reforço de imparidade em ativos tangíveis e intangíveis	-	168.279
Outros	9.751	-
Rendimentos não tributados:		
Método de equivalência patrimonial	(42.716)	-
Reversão de provisões	(54.953)	-
Reversão de ajustamento tributados	(422.901)	(577.388)
Rendimento de ativos intangíveis - Concessões	(709.752)	(771.470)
Outros	(7.698)	-
Prejuízos fiscais da APFF	(327.933)	(399.379)
Tributação Autónoma	12.301	8.512
Derrama Municipal	21.571	-
	<u>33.688</u>	<u>8.512</u>
Imposto s/ rendimento corrente	33.688	8.512
Imposto s/ rendimento diferido	40.723	196.031
Imposto s/ rendimento - SIFIDE 2012	-	(184.403)
Imposto s/ rendimento	<u>74.411</u>	<u>20.140</u>
Taxa efetiva de imposto	2,4%	3,6%

Durante o exercício de 2013, a Empresa reconheceu nas suas Demonstrações financeiros um crédito do SIFIDE relativo ao exercício de 2012, nos montantes de €184.403, após validação dos mesmos pela

Comissão Certificadora e apresentação da declaração de substituição à declaração de rendimentos desse exercício. Este crédito fiscal resulta das despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) suportadas pela Empresa no exercício de 2012, suscetíveis de ser elegíveis para efeitos do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE) previsto no Decreto-Lei n.º 249/2009, de 23 de setembro, o qual foi republicado pelo Decreto-Lei n.º 82/2013, de 17 de junho (Código Fiscal ao Investimento). Neste sentido, a Empresa apresentou candidatura à Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial, tendo obtido no exercício de 2013 a declaração comprovativa de que as atividades realizadas corresponderam efetivamente a ações de I&D enquadráveis no SIFIDE.

Os prejuízos fiscais disponíveis podem ser utilizados para cobrir lucros fiscais futuros. Assim, os prejuízos fiscais disponíveis em 31 de dezembro de 2014, sujeitos a confirmação pela Autoridade Tributária, ascendem a €5.062.831, e podem ser deduzidos aos futuros lucros tributáveis do grupo como segue:

Ano	Valor	Ano limite para utilização
2011	2.517.347	2016
2013	1.038.273	2018
2014	1.507.211	2026
	<u>5.062.831</u>	

A totalidade destes prejuízos foi gerada pela subsidiária APFF. A Empresa optou por não proceder ao reconhecimento contabilístico de ativos por impostos diferidos, nomeadamente sobre as perdas fiscais reportáveis e sobre os ajustamentos de valor para além dos limites legais, atendendo à difícil previsão quanto à sua materialização como benefício.

30 Compromissos

Os compromissos assumidos pela Empresa em 31 de dezembro de 2014 ascendem a €58.993 (2013: €143.613), essencialmente relativos ao contrato da Empreitada de reconfiguração da barra do Porto de Aveiro.

31 Matérias Ambientais

A Empresa no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do exercício.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados. Durante os exercícios de 2014 e de 2013 a Empresa não capitalizou encargos de carácter ambiental.

Os gastos de carácter ambiental registados nos exercícios de 2014 e de 2013 ascenderam a €77.149 e €46.143, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

32 Partes Relacionadas

A Empresa é controlada pelo Estado Português - Direção Geral do Tesouro e Finanças, que detém 100% do seu capital. Por sua vez, conforme referido na Nota 8, a Empresa detém uma participação representativa do capital social da APFF, S.A..

(i) Transações com a subsidiária

Durante os exercícios de 2014 e de 2013, as transações mais significativas com a subsidiária foram como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Serviços prestados		
Administração do Porto da Figueira da Foz, SA	96.281	93.195
	<u>96.281</u>	<u>93.195</u>

(ii) Saldos com a subsidiária

No final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos resultantes de transações efetuadas com a subsidiária são como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Outras contas a receber		
Administração do Porto da Figueira da Foz, SA	1.850	667
	<u>1.850</u>	<u>667</u>

33 Ativos e Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa não apresentava qualquer ativo ou passivo que pudesse ser classificado como contingente.

Em 31 de dezembro de 2014, os principais processos que a APA, S.A. tinha em curso eram os seguintes:

(i) Processo a decorrer no Tribunal Administrativo de Aveiro, no qual a TCGL - Terminal de Carga Feral Graneis de Leixões, S.A. e Aveiport, Lda. requerem a anulação de Contrato de Concessão para ocupação de uma parcela dominial no Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aveiro; e

(ii) Processo a decorrer no Tribunal e Administrativo de Aveiro no qual a Securitas - Serviços e Tecnologia Segurança, S.A. intentou uma ação administrativa especial visando a apreciação da legalidade do ato de adjudicação e do contrato no "Concurso Público para a Prestação de serviços de Vigilância Humana na área de jurisdição da APA e Plataforma de Cacia" e ainda reconhecimento do direito ao arbitramento de uma indemnização. Foi proferido Acórdão que indeferiu todos os pedidos da Autora, tendo esta interposto recurso para o TCA Norte.

A Administração considera que dos processos acima mencionados não resultará qualquer encargo, pelo que os mesmos foram considerados como contingentes.

34 Eventos subsequentes

Não são conhecidos eventos posteriores a 31 de dezembro de 2014 que possam influenciar a apresentação e interpretação das Demonstrações Financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

